

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017	9
DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016	10

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	16
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	52
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	54
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	55

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	29.564.003
Preferenciais	23.532.768
Total	53.096.771
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	04/04/2017	Dividendo	20/04/2017	Ordinária		0,00108
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	04/04/2017	Dividendo	20/04/2017	Preferencial		0,00119
Reunião do Conselho de Administração	04/09/2017	Dividendo	06/10/2017	Ordinária		0,00095
Reunião do Conselho de Administração	04/09/2017	Dividendo	06/10/2017	Preferencial		0,00105

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	3.811.166	3.656.198
1.01	Ativo Circulante	1.622.152	1.466.096
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	584.175	783.818
1.01.03	Contas a Receber	817.892	541.572
1.01.03.01	Clientes	817.892	541.572
1.01.04	Estoques	2.557	2.104
1.01.06	Tributos a Recuperar	27.720	36.247
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	27.720	36.247
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social a compensar	1.003	10.789
1.01.06.01.02	Outros tributos a compensar	26.717	25.458
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	189.808	102.355
1.01.08.03	Outros	189.808	102.355
1.01.08.03.01	Outros Créditos	107.057	102.355
1.01.08.03.02	Derivativos	77.302	0
1.01.08.03.06	Ativo Financeiro Setorial	5.449	0
1.02	Ativo Não Circulante	2.189.014	2.190.102
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.294.690	1.292.424
1.02.01.03	Contas a Receber	14.504	13.504
1.02.01.03.01	Clientes	14.504	13.504
1.02.01.06	Tributos Diferidos	30.430	52.320
1.02.01.06.02	Créditos Fiscais Diferidos	30.430	52.320
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.249.756	1.226.600
1.02.01.09.03	Derivativos	73.218	130.940
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	208.778	209.178
1.02.01.09.05	Tributos a compensar	18.441	19.179
1.02.01.09.07	Ativo Financeiro da Concessão	941.362	860.979
1.02.01.09.10	Outros Créditos	7.957	6.324
1.02.04	Intangível	894.324	897.678
1.02.04.01	Intangíveis	894.324	897.678

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	3.811.166	3.656.198
2.01	Passivo Circulante	1.678.275	1.314.975
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	22.145	15.857
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	22.145	15.857
2.01.01.02.01	Obrigações estimadas com pessoal	22.145	15.857
2.01.02	Fornecedores	763.836	466.360
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	763.836	466.360
2.01.03	Obrigações Fiscais	127.138	114.314
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	29.678	23.232
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.018	0
2.01.03.01.02	Programa de Integração Social PIS	4.408	3.381
2.01.03.01.03	Contrib p/Financ da Seguridade Social	20.305	15.574
2.01.03.01.04	Outras Obrigações Federais	3.947	4.277
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	97.114	90.642
2.01.03.02.01	ICMS	97.114	90.642
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	346	440
2.01.03.03.01	Outras Obrigações Municipais	346	440
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	498.567	202.432
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	432.313	148.211
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	62.001	90.054
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	370.312	58.157
2.01.04.02	Debêntures	66.254	54.221
2.01.04.02.01	Debêntures	66.254	54.221
2.01.05	Outras Obrigações	266.589	516.012
2.01.05.02	Outros	266.589	516.012
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	52.722	72.080
2.01.05.02.04	Derivativos	0	4.257
2.01.05.02.05	Passivo Financeiro Setorial	0	260.642
2.01.05.02.07	Outras Contas a Pagar	108.821	103.747
2.01.05.02.08	Taxas Regulamentares	87.506	68.849
2.01.05.02.09	Entidade de Previdência Privada	17.540	6.437
2.02	Passivo Não Circulante	1.729.786	1.985.468
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.257.915	1.484.412
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	733.783	1.172.987
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	157.594	247.300
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	576.189	925.687
2.02.01.02	Debêntures	524.132	311.425
2.02.01.02.01	Debêntures	524.132	311.425
2.02.02	Outras Obrigações	241.543	267.187
2.02.02.02	Outros	241.543	267.187
2.02.02.02.04	Entidade de Previdência Privada	127.264	133.653
2.02.02.02.05	Derivativos	18.037	16.257
2.02.02.02.06	Passivo Financeiro Setorial	70.718	93.787
2.02.02.02.08	Outras Contas a Pagar	25.524	23.490
2.02.04	Provisões	230.328	233.869
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	230.328	233.869

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	174.975	162.198
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	27.212	27.968
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	23.809	37.458
2.02.04.01.05	Outros	4.332	6.245
2.03	Patrimônio Líquido	403.105	355.755
2.03.01	Capital Social Realizado	240.144	235.556
2.03.02	Reservas de Capital	55.905	60.493
2.03.04	Reservas de Lucros	195.322	173.645
2.03.04.02	Reserva Estatutária	195.322	173.645
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	25.673	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-113.939	-113.939

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.162.416	2.899.796	797.070	2.364.474
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.029.935	-2.449.694	-662.783	-1.897.322
3.02.01	Custo com Energia Elétrica	-894.263	-2.086.446	-553.388	-1.612.643
3.02.02	Custo de Operação	-66.829	-194.127	-58.127	-167.135
3.02.03	Custo do Serviço Prestado a Terceiros	-68.843	-169.121	-51.268	-117.544
3.03	Resultado Bruto	132.481	450.102	134.287	467.152
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-66.717	-218.447	-70.198	-221.638
3.04.01	Despesas com Vendas	-29.025	-94.186	-34.592	-105.555
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-35.474	-117.156	-32.056	-108.678
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-2.218	-7.105	-3.550	-7.405
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	65.764	231.655	64.089	245.514
3.06	Resultado Financeiro	-24.246	-89.975	-38.380	-63.505
3.06.01	Receitas Financeiras	27.893	91.892	36.663	128.330
3.06.02	Despesas Financeiras	-52.139	-181.867	-75.043	-191.835
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	41.518	141.680	25.709	182.009
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-15.465	-53.772	-10.531	-69.405
3.08.01	Corrente	-14.189	-31.882	-21.724	-121.215
3.08.02	Diferido	-1.276	-21.890	11.193	51.810
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	26.053	87.908	15.178	112.604
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	26.053	87.908	15.178	112.604
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,00047	0,00159	0,00027	0,00203
3.99.01.02	PN	0,00052	0,00174	0,00030	0,00223

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	26.053	87.908	15.178	112.604
4.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-102.325
4.02.01	Ganhos (Perdas) Atuariais	0	0	0	-102.325
4.03	Resultado Abrangente do Período	26.053	87.908	15.178	10.279

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-15.647	487.421
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	438.670	464.154
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) Antes dos Tributos	141.680	182.009
6.01.01.02	Amortização	72.023	69.103
6.01.01.03	Provisões para Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas	28.696	41.165
6.01.01.04	Encargos de Dívida e Atualizações Monetárias e Cambiais	142.652	116.201
6.01.01.05	Despesa (Receita) com Plano de Pensão	12.933	5.060
6.01.01.06	Perda (Ganho) na Baixa de Ativo não Circulante	7.153	7.450
6.01.01.07	PIS e COFINS Diferidos	0	-5.459
6.01.01.08	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	33.533	48.625
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-454.317	23.267
6.01.02.01	Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	-310.593	-119.466
6.01.02.02	Tributos a Compensar	9.265	26.579
6.01.02.03	Depósitos Judiciais	9.189	266
6.01.02.04	Contas a Receber - Eletrobrás	2.082	-106.421
6.01.02.05	Ativo Financeiro Setorial	26.635	687.774
6.01.02.08	Outros Ativos Operacionais	-16.891	20.329
6.01.02.09	Fornecedores	297.476	-252.184
6.01.02.10	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-30.852	-114.034
6.01.02.11	Outros Tributos e Contribuições Sociais	11.795	-40.333
6.01.02.12	Outras Obrigações com Entidade de Previdência Privada	-8.219	-10.743
6.01.02.13	Encargos de Dívidas e Debêntures Pagos	-110.461	-89.314
6.01.02.14	Taxas Regulamentares	18.657	-117.274
6.01.02.15	Processos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas Pagos	-44.357	-22.779
6.01.02.17	Passivo Financeiro Setorial	-332.015	163.860
6.01.02.20	Outros Passivos Operacionais	23.972	-2.993
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-141.134	-95.773
6.02.01	Títulos e Valores Mobiliários, Cauções e Depósitos Vinculados	80	-751
6.02.03	Adições de Intangível	-141.214	-95.022
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-42.862	-458.573
6.03.01	Captação de Empréstimos e Debêntures	303.442	240.047
6.03.02	Amortização de Principal de Empréstimos e Debêntures	-216.589	-419.790
6.03.03	Dividendo e Juros Sobre o Capital Próprio Pagos	-59.916	-267.647
6.03.06	Liquidação de Operações com Derivativos	-69.799	-11.183
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-199.643	-66.925
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	783.818	576.416
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	584.175	509.491

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	235.556	60.493	173.644	0	-113.938	355.755
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	235.556	60.493	173.644	0	-113.938	355.755
5.04	Transações de Capital com os Sócios	4.588	-4.588	0	-52.722	0	-52.722
5.04.01	Aumentos de Capital	4.588	-4.588	0	0	0	0
5.04.09	Dividendo Intermediário	0	0	0	-52.722	0	-52.722
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	87.908	0	87.908
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	87.908	0	87.908
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	21.677	-9.513	0	12.164
5.06.08	Movimentação da Reserva Estatutária no Período	0	0	9.513	-9.513	0	0
5.06.09	Recomposição da Reserva Estatutária	0	0	12.164	-12.164	0	0
5.06.10	Retificação do Dividendo intermediário de 2016 - AGOE 04/04/2017	0	0	0	12.164	0	12.164
5.07	Saldos Finais	240.144	55.905	195.321	25.673	-113.938	403.105

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	178.574	111.255	252.154	0	-4.313	537.670
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	178.574	111.255	252.154	0	-4.313	537.670
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-68.324	-72.080	0	-140.404
5.04.08	Aprovação da Proposta de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	0	0	-68.324	0	0	-68.324
5.04.09	Dividendo Intermediário	0	0	0	-72.080	0	-72.080
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	112.604	-102.326	10.278
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	112.604	0	112.604
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-102.326	-102.326
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	56.982	-50.762	25.374	-31.594	0	0
5.06.07	Aumento de Capital	56.982	-50.762	-6.220	0	0	0
5.06.08	Movimentação da Reserva Estatutária no Período	0	0	31.594	-31.594	0	0
5.07	Saldos Finais	235.556	60.493	209.204	8.930	-106.639	407.544

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
7.01	Receitas	4.604.353	4.333.730
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	4.469.051	4.265.143
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	168.836	117.212
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-33.534	-48.625
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.703.179	-2.080.525
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-2.349.590	-1.800.430
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-273.658	-208.359
7.02.04	Outros	-79.931	-71.736
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.901.174	2.253.205
7.04	Retenções	-72.146	-69.199
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-72.146	-69.199
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.829.028	2.184.006
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	97.075	137.103
7.06.02	Receitas Financeiras	97.075	137.103
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.926.103	2.321.109
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.926.103	2.321.109
7.08.01	Pessoal	122.927	105.159
7.08.01.01	Remuneração Direta	69.998	63.949
7.08.01.02	Benefícios	47.211	35.607
7.08.01.03	F.G.T.S.	5.718	5.603
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.528.766	1.908.160
7.08.02.01	Federais	885.135	1.039.099
7.08.02.02	Estaduais	641.872	867.488
7.08.02.03	Municipais	1.759	1.573
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	186.502	195.186
7.08.03.01	Juros	183.100	192.066
7.08.03.02	Aluguéis	3.402	3.120
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	87.908	112.604
7.08.04.02	Dividendos	52.722	72.080
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	35.186	40.524

Comentário do Desempenho

Análise de Resultados – CPFL Piratininga

Este comentário de desempenho está expresso em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma.

	3º Trimestre			9 meses		
	2017	2016 (Reapresentado*)	Variação	2017	2016 (Reapresentado*)	Variação
Receita operacional bruta	1.756.570	1.389.334	26,4%	4.637.887	4.382.355	5,8%
Fornecimento de energia elétrica (**)	956.717	1.214.204	-21,2%	3.011.206	4.143.611	-27,3%
Suprimento de energia elétrica	306.349	68.731	345,7%	594.616	113.558	423,6%
Receita de construção de infraestrutura da concessão	68.720	51.168	34,3%	168.836	117.212	44,0%
Outras receitas operacionais	161.666	341.859	-52,7%	486.872	708.136	-31,2%
Ativo e passivo financeiro setorial	263.118	(286.627)	-191,8%	376.357	(700.161)	-153,8%
Deduções da receita operacional	(594.154)	(592.265)	0,3%	(1.738.091)	(2.017.881)	-13,9%
Receita operacional líquida	1.162.416	797.070	45,8%	2.899.796	2.364.474	22,6%
Custo com energia elétrica	(894.263)	(553.388)	61,6%	(2.086.446)	(1.612.643)	29,4%
Energia comprada para revenda	(843.005)	(489.168)	72,3%	(1.956.299)	(1.392.466)	40,5%
Encargo de uso do sist transm distrib	(51.258)	(64.219)	-20,2%	(130.147)	(220.177)	-40,9%
Custo e despesa operacional	(202.389)	(179.594)	12,7%	(581.694)	(506.318)	14,9%
Pessoal	(39.529)	(36.305)	8,9%	(120.527)	(108.897)	10,7%
Entidade de previdência privada	(4.311)	(3.731)	15,5%	(12.933)	(5.060)	155,6%
Material	(5.832)	(5.082)	14,7%	(15.860)	(13.593)	16,7%
Serviço de terceiros	(34.904)	(31.805)	9,7%	(100.917)	(89.809)	12,4%
Amortização	(24.060)	(23.171)	3,8%	(72.023)	(69.103)	4,2%
Custo de construção de infraestrutura da concessão	(68.720)	(51.168)	34,3%	(168.836)	(117.212)	44,0%
Outros	(25.031)	(28.331)	-11,8%	(90.598)	(102.642)	-11,7%
Resultado do serviço	65.764	64.089	2,6%	231.655	245.514	-5,6%
Resultado financeiro	(24.247)	(38.380)	-36,8%	(89.976)	(63.505)	41,7%
Receitas financeiras	27.893	36.663	-23,9%	91.892	128.330	-28,4%
Despesas financeiras	(52.140)	(75.043)	-30,5%	(181.868)	(191.835)	-5,2%
Resultado antes dos tributos	41.518	25.709	61,5%	141.680	182.009	-22,2%
Contribuição social	(4.166)	(2.886)	44,4%	(14.303)	(18.311)	-21,9%
Imposto de renda	(11.299)	(7.646)	47,8%	(39.469)	(51.094)	-22,8%
Resultado Líquido do Período	26.053	15.178	71,7%	87.908	112.604	-21,9%
EBITDA	89.825	87.260	2,9%	303.678	314.618	-3,5%

(*) Contempla os efeitos da nota explicativa 2.6

(**) Para efeito de apresentação do comentário de desempenho não foi realizada a reclassificação de receita pela disponibilidade da Rede Elétrica ao consumidor cativo - TUSD (nota 23)

Receita operacional bruta

A receita operacional bruta no 3º trimestre de 2017 foi de R\$ 1.756.570, apresentando aumento de 26,4% (R\$ 367.236) quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

Desconsiderando a receita de construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado, devido ao custo correspondente no mesmo valor), a receita operacional bruta seria de R\$ 1.687.850, apresentando um aumento de 26,1% (R\$ 349.684) em relação ao mesmo período do ano anterior.

Os principais fatores que contribuíram para esta variação foram:

- i. **Fornecimento de energia elétrica:** redução de 21,2% (R\$ 257.487) principalmente pela redução (i) de 14,9% na tarifa média, decorrente principalmente da Reajuste Tarifário Anual (“RTA”) de -24,21% a partir de outubro de 2016, compensado pela aplicação da bandeira tarifária vermelha e amarela no 3º trimestre de 2017 e bandeira verde no 3º trimestre de 2016 o que aumentou a tarifa média em 3,3% e aumento da alíquota efetiva de PIS e COFINS, (ii) de 7,4% no volume de energia vendida (considerando a quantidade de energia da receita não faturada);
- ii. **Suprimento de energia elétrica:** aumento de 345,7% (R\$ 237.618) basicamente pelo aumento no PLD compensado parcialmente pelas recontabilizações de operações realizadas na CCEE de períodos anteriores;
- iii. **Outras receitas operacionais:** redução de 52,7% (R\$ 180.193) basicamente: (i) reconhecimento do ativo a receber da Eletrobrás (R\$ 131.891) em função de liminares (nota 23.3), (ii) receita pela disponibilidade da rede elétrica – TUSD: (R\$ 40.717) em função principalmente do RTA negativo de outubro de 2016, (iii) atualização do ativo financeiro da concessão (R\$ 8.287);

Comentário do Desempenho

- iv. **Ativo e passivo financeiro setorial:** receita de R\$ 263.118 neste trimestre e despesa de R\$ 286.627 no mesmo período do ano anterior, totalizando uma variação de 191,8% (R\$ 549.745), principalmente em: (i) diferimento do custo de energia, constituição em 2016 de CVA passiva a devolver aos consumidores referente a liminar ABRACE, compensado parcialmente por sobrecontratação e (ii) amortização dos ativos e passivos homologados.

➤ Quantidade de energia vendida

No 3º trimestre de 2017, a quantidade de energia faturada para consumidores cativos, incluindo outras concessionárias e permissionárias, foi menor em 6,7% quando comparada com o mesmo trimestre do ano anterior.

O consumo da classe residencial, que representa 48,9% do mercado total fornecido pela distribuidora, registrou crescimento de 7,1% no 3º trimestre de 2017 em relação ao mesmo período do ano anterior. Este resultado é explicado em parte pela maior quantidade de dias de faturamentos no 3º trimestre de 2017 em relação ao mesmo período do ano anterior e também pelo bom desempenho da massa de renda Brasil.

A classe comercial, que representa 21,7% do mercado total fornecido pela distribuidora, apresentou redução de 14,5% no 3º trimestre de 2017 em relação ao mesmo período do ano anterior. O resultado reflete o efeito de migração de clientes para o mercado livre.

A classe industrial, que representa 16,3% do mercado total fornecido pela distribuidora, apresentou queda de 28,9% no 3º trimestre de 2017 em relação ao mesmo período do ano anterior. O resultado reflete o efeito de migração de clientes para o mercado livre.

As demais classes de consumo (rural, poder público, iluminação pública, serviço público concessionárias e permissionárias) participam com 13,1% do mercado total fornecido pela distribuidora. Estas classes apresentaram redução de 0,7% no 3º trimestre de 2017 em relação ao mesmo período do ano anterior decorrente, principalmente, da migração de clientes da classe Serviço Público para o mercado livre.

Em relação à quantidade de energia vendida e transportada na área de concessão, que impacta tanto o fornecimento faturado (mercado cativo) como a cobrança da TUSD (mercado livre), houve um crescimento de 3,5% quando comparado com o mesmo período do ano anterior. A variação por classe apresenta crescimento de 7,1% na classe residencial, 1,4% na classe comercial, 2,0% na industrial e 5,1% nas demais classes de consumo.

Deduções da receita operacional

As deduções da receita operacional no 3º trimestre de 2017 foram de R\$ 594.154, apresentando um aumento de 0,3% (R\$ 1.889) em relação ao mesmo período do ano anterior, devido principalmente: (i) bandeiras tarifárias (R\$ 36.757), (ii) PIS e COFINS (R\$ 33.392), (iii) PROINFA (R\$ 8.679), (iv) programa de P&D e Eficiência Energética (R\$ 3.561), compensado parcialmente por (v) ICMS (R\$ 51.863) e (vi) CDE (R\$ 28.682).

Custo com energia elétrica

No 3º trimestre de 2017 o custo com energia elétrica foi de R\$ 894.263, apresentando um aumento de 61,6% (R\$ 340.875), em relação ao mesmo período do ano anterior. A variação é explicada:

- i. **Energia comprada para revenda:** aumento de 72,3% (R\$ 353.837) em função: (i) do aumento de 80,8% no preço médio justificado principalmente pelo preço de liquidação de diferenças ("PLD"), compensado parcialmente por (ii) redução de 5,1% no volume de energia comprada e (iii) crédito PIS e COFINS.

Comentário do Desempenho

- ii. **Encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição:** redução de 20,2% (R\$ 12.961) impactado principalmente pelo: (i) encargos de serviço do sistema (ESS) e encargos de energia de reserva (EER) (R\$ 33.677) compensado parcialmente por (ii) encargo de transporte de Itaipu (R\$ 9.872), (iii) encargos de rede básica (R\$ 7.704), (iv) encargos de uso do sistema de distribuição (R\$ 1.433) e (v) crédito PIS e COFINS (R\$ 1.321).

Custo e despesa operacional

Os custos e despesas operacionais atingiram R\$ 202.389 no 3º trimestre de 2017, apresentando um aumento de 12,7% (R\$ 22.795) quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

Desconsiderando o custo de construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado), os custos e despesas operacionais seriam de R\$ 133.669, apresentando aumento de 4,1% (R\$ 5.243).

Os principais efeitos nesse grupo devem-se principalmente a:

➤ Despesas operacionais gerenciáveis

São representadas pelos custos com pessoal, entidade de previdência privada, material, serviços de terceiros e outros, que totalizaram o montante de R\$ 109.607 neste trimestre, um aumento de 4,1% (R\$ 4.353) em relação ao mesmo período do ano anterior. Esta variação deve-se principalmente aos seguintes fatores:

- i. **Pessoal:** aumento de 8,9% (R\$ 3.224) principalmente efeitos do acordo coletivo de trabalho e aumento no número de colaboradores;
- ii. **Serviços de terceiros:** aumento de 9,7% (R\$ 3.099), principalmente em: (i) poda de árvores (R\$ 1.201), (ii) leitura de medidores e uso (R\$ 839), (iii) manutenção de Hardware e Software (R\$ 491), (iv) reaviso, corte e religação (R\$ 332) e limpeza de faixa de servidão (R\$ 307);
- iii. **Outros:** redução de 11,6% (R\$ 3.300) principalmente em: (i) provisão para créditos de liquidação duvidosa (R\$ 6.113), (ii) perdas na alienação e desativação de ativos não circulante (R\$ 1.637) compensado parcialmente por (iii) despesas legais, judiciais e indenizações (R\$ 3.961), (iv) taxa de arrecadação (R\$ 341).

Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido neste trimestre apresentou uma despesa de R\$ 24.247, uma redução de 36,8% (R\$ 14.133) em relação ao mesmo período do ano anterior.

- **Receitas financeiras:** redução de 23,9% (R\$ 8.770) principalmente em: (i) atualização liminares de desconto CDE de 2016 (R\$ 13.279), (ii) atualização dos parcelamentos de débitos (R\$ 3.084), (iii) acréscimos e multas moratórias (R\$ 2.286), (iv) atualização de depósitos judiciais (R\$ 1.463), compensado parcialmente por (v) PIS e COFINS (R\$ 7.424) e (vi) atualização dos ativos financeiros setoriais (R\$ 5.186);
- **Despesas financeiras:** redução de 30,5% (R\$ 22.903), principalmente em: (i) encargos e atualizações monetárias e cambiais sobre empréstimos, debêntures e derivativos (R\$ 22.571), (ii) variação cambial de Itaipu (R\$ 2.096), (iii) atualização das provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas (R\$ 1.509), (iv) multa, juros e atualizações monetárias decorrentes de recontabilizações de liquidação financeira na CCEE (R\$ 1.458), (v) negociações de parcelamentos de débitos (R\$ 802) compensado parcialmente por (vi) atualização dos passivos financeiros setoriais (R\$ 6.670).

Comentário do Desempenho

Contribuição social e imposto de renda

A tributação sobre o lucro relativo a contribuição social e imposto de renda apurada neste trimestre foi de R\$ 15.465, apresentando aumento de 46,8% (R\$ 4.933) quando comparado com o mesmo período do ano anterior, refletindo a base tributável do período.

Resultado líquido do período e EBITDA

Com base nos fatores expostos, a Companhia apresentou neste trimestre um lucro líquido de R\$ 26.053, com aumento de 71,7% (R\$ 10.875), em relação ao lucro apurado no mesmo período do ano anterior.

O EBITDA (resultado líquido do período, excluindo os efeitos da amortização, resultado financeiro, contribuição social e imposto de renda) neste trimestre foi de R\$ 89.825, apresentando um aumento de 2,9% (R\$ 2.565) em relação ao mesmo período do ano anterior.

Notas Explicativas

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
Balancos patrimoniais em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
 (Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota explicativa	30/09/2017	31/12/2016
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	584.175	783.818
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	817.892	541.572
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7	1.003	10.789
Outros tributos a compensar	7	26.717	25.458
Derivativos	29	77.302	-
Ativo financeiro setorial	8	5.449	-
Estoques		2.557	2.104
Outros créditos	11	107.058	102.355
Total do circulante		1.622.152	1.466.096
Não circulante			
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	14.504	13.504
Depósitos judiciais	19	208.778	209.178
Outros tributos a compensar	7	18.441	19.179
Derivativos	29	73.218	130.940
Créditos fiscais diferidos	9	30.430	52.320
Ativo financeiro da concessão	10	941.362	860.979
Outros créditos	11	7.955	6.324
Intangível	12	894.324	897.678
Total do não circulante		2.189.014	2.190.102
Total do ativo		3.811.166	3.656.198

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
Balancos patrimoniais em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
 (Em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	30/09/2017	31/12/2016
Circulante			
Fornecedores	13	763.836	466.360
Empréstimos e financiamentos	14	432.313	148.211
Debêntures	15	66.254	54.221
Entidade de previdência privada	16	17.540	6.437
Taxas regulamentares	17	87.506	68.849
Imposto de renda e contribuição social a recolher	18	1.018	-
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	18	126.120	114.314
Dividendo e juros sobre capital próprio	21	52.722	72.080
Obrigações estimadas com pessoal		22.145	15.857
Derivativos	29	-	4.257
Passivo financeiro setorial	8	-	260.642
Outras contas a pagar	20	108.821	103.745
Total do circulante		1.678.274	1.314.974
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	14	733.783	1.172.987
Debêntures	15	524.132	311.425
Entidade de previdência privada	16	127.264	133.653
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	19	230.328	233.869
Derivativos	29	18.037	16.257
Passivo financeiro setorial	8	70.718	93.787
Outras contas a pagar	20	25.524	23.490
Total do não circulante		1.729.786	1.985.468
Patrimônio líquido			
Capital social	21	240.144	235.556
Reservas de capital		55.905	60.493
Reserva estatutária - ativo financeiro da concessão		195.321	173.644
Resultado abrangente acumulado		(113.939)	(113.939)
Lucros acumulados		25.673	-
Total do patrimônio líquido		403.105	355.755
Total do passivo e do patrimonio liquido		3.811.166	3.656.198

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
Demonstrações dos resultados para os períodos findos em 30 de setembro de 2017 e 2016
 (Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	2017		2016	
		3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre (Reapresentado*)	9 meses (Reapresentado*)
Receita operacional líquida	23	1.162.416	2.899.796	797.070	2.364.474
Custo do serviço de energia elétrica					
Custo com energia elétrica	24	(894.263)	(2.086.446)	(553.388)	(1.612.643)
Custo de operação	25	(66.829)	(194.127)	(58.127)	(167.135)
Custo do serviço prestado a terceiros	25	(68.843)	(169.121)	(51.268)	(117.544)
Lucro operacional bruto		132.481	450.102	134.287	467.152
Despesas operacionais	25				
Despesas com vendas		(29.025)	(94.186)	(34.592)	(105.555)
Despesas gerais e administrativas		(35.474)	(117.156)	(32.056)	(108.678)
Outras despesas operacionais		(2.218)	(7.104)	(3.551)	(7.406)
Resultado do serviço		65.764	231.655	64.089	245.514
Resultado financeiro	26				
Receitas financeiras		27.893	91.892	36.663	128.330
Despesas financeiras		(52.140)	(181.868)	(75.043)	(191.835)
		(24.247)	(89.976)	(38.380)	(63.505)
Lucro antes dos tributos		41.518	141.680	25.709	182.009
Contribuição social	9	(4.166)	(14.303)	(2.886)	(18.311)
Imposto de renda	9	(11.299)	(39.469)	(7.646)	(51.094)
		(15.465)	(53.772)	(10.531)	(69.405)
Lucro líquido do período		26.053	87.908	15.178	112.604
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$	22	0,47	1,59	0,27	2,03
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações preferenciais - R\$	22	0,52	1,74	0,30	2,23

(*) Contempla os efeitos da nota explicativa 2.6

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
Demonstrações dos resultados abrangentes para os períodos findos em 30 de setembro de 2017 e 2016
 (Em milhares de Reais)

	2017		2016	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Lucro líquido do período	26.053	87.908	15.178	112.604
Outros resultados abrangentes				
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:				
- Ganhos (perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	(102.325)
Resultado abrangente do período	26.053	87.908	15.178	10.279

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
Demonstração da mutação do patrimônio líquido para o período findo em 30 de setembro de 2017
(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva estatutária - ativo financeiro da concessão	Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	235.556	60.493	173.644	(113.939)	-	355.755
Resultado abrangente total						
Lucro líquido do período	-	-	-	-	87.908	87.908
Mutações internas do patrimônio líquido						
Aumento de capital	4.588	(4.588)	-	-	-	-
Movimentação de reserva estatutária no período	-	-	9.513	-	(9.513)	-
Recomposição da reserva estatutária	-	-	12.164	-	(12.164)	-
Transações de capital com os acionistas						
Dividendo intermediário	-	-	-	-	(52.722)	(52.722)
Retificação do dividendo intermediário de 2016 - AGOE 04/04/17	-	-	-	-	12.164	12.164
Saldos em 30 de setembro de 2017	240.144	55.905	195.321	(113.939)	25.673	403.105

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
Demonstração da mutação do patrimônio líquido para o período findo em 30 de setembro de 2016
(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva estatutária - ativo financeiro da concessão	Dividendo	Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	178.574	111.255	6.220	177.610	68.324	(4.314)	-	537.670
Resultado abrangente total								
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	112.604	112.604
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais	-	-	-	-	-	(102.325)	-	(102.325)
Mutações internas do patrimônio líquido								
Aumento de capital	56.981	(50.761)	(6.220)	-	-	-	-	-
Movimentação de reserva estatutária no período	-	-	-	31.594	-	-	(31.594)	-
Transações de capital com os acionistas								
Dividendo intermediário	-	-	-	-	-	-	(72.080)	(72.080)
Aprovação da proposta de dividendo e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(68.324)	-	-	(68.324)
Saldos em 30 de setembro de 2016	235.556	60.493	-	209.204	-	(106.639)	8.930	407.544

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
Demonstrações dos fluxos de caixa para os períodos findos em 30 de setembro de 2017 e 2016
 (Em milhares de Reais)

	30/09/2017	30/09/2016
Lucro antes dos tributos	141.680	182.009
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Amortização	72.023	69.103
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	28.696	41.165
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	33.533	48.625
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	142.652	116.201
Despesa (receita) com entidade de previdência privada	12.933	5.060
Perda (ganho) na baixa de não circulante	7.153	7.450
PIS e COFINS diferidos	-	(5.459)
	438.670	464.154
Redução (aumento) nos ativos operacionais		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(310.593)	(119.466)
Tributos a compensar	9.265	26.579
Depósitos judiciais	9.189	266
Ativo financeiro setorial	26.635	687.774
Contas a receber - Eletrobrás	2.082	(106.421)
Outros ativos operacionais	(16.891)	20.329
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	297.476	(252.184)
Outros tributos e contribuições sociais	11.795	(40.333)
Outras obrigações com entidade de previdência privada	(8.219)	(10.743)
Taxas regulamentares	18.657	(117.274)
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(44.357)	(22.779)
Passivo financeiro setorial	(332.015)	163.860
Outros passivos operacionais	23.972	(2.993)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações	125.666	690.769
Encargos de dívidas e debêntures pagos	(110.461)	(89.314)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(30.852)	(114.034)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	(15.647)	487.421
Atividades de investimento		
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados	80	(751)
Adições de intangível	(141.214)	(95.022)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento	(141.134)	(95.773)
Atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e debêntures	303.442	240.047
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	(216.589)	(419.790)
Liquidação de operações com derivativos	(69.799)	(11.183)
Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	(59.916)	(267.647)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	(42.862)	(458.573)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(199.643)	(66.925)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	783.818	576.416
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	584.175	509.491

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
Demonstrações do valor adicionado para os períodos findos em 30 de setembro de 2017 e 2016
 (Em milhares de Reais)

	9 meses de 2017	9 meses de 2016 (Reapresentado*)
1 - Receita	4.604.353	4.333.730
1.1 Receita de venda de energia e serviços	4.469.051	4.265.143
1.2 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	168.836	117.212
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(33.533)	(48.625)
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	(2.703.179)	(2.080.526)
2.1 Custo com energia elétrica	(2.349.590)	(1.800.430)
2.2 Material	(108.642)	(82.200)
2.3 Serviços de terceiros	(165.016)	(126.159)
2.4 Outros	(79.931)	(71.737)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	1.901.174	2.253.204
4 - Retenções	(72.146)	(69.199)
4.1 Amortização	(72.146)	(69.199)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	1.829.028	2.184.006
6 - Valor adicionado recebido em transferência	97.075	137.103
6.1 Receitas financeiras	97.075	137.103
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	1.926.103	2.321.109
8 - Distribuição do valor adicionado		
8.1 Pessoal e encargos	122.927	105.159
8.1.1 Remuneração direta	69.998	63.949
8.1.2 Benefícios	47.211	35.607
8.1.3 F.G.T.S	5.718	5.603
8.2 Impostos, taxas e contribuições	1.528.766	1.908.160
8.2.1 Federais	885.136	1.039.099
8.2.2 Estaduais	641.872	867.488
8.2.3 Municipais	1.759	1.573
8.3 Remuneração de capital de terceiros	186.502	195.186
8.3.1 Juros	183.100	192.066
8.3.2 Aluguéis	3.402	3.120
8.4 Remuneração de capital próprio	87.908	112.604
8.4.1 Dividendo	52.722	72.080
8.4.2 Lucros retidos	35.186	40.524
	1.926.103	2.321.109

(*) Contempla os efeitos da nota explicativa 2.6

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Piratininga de Força e Luz (“CPFL Piratininga” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a Companhia está autorizada a participar de programas que visem outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive exploração de atividades derivadas, direta ou indiretamente, da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora.

A sede administrativa da Companhia está localizada na Rodovia Engenheiro Miguel Noel Nascentes Burnier, 1755 - Km 2,5, CEP 13088-140 – Parque São Quirino - Campinas – São Paulo.

A Companhia detém a concessão para exploração de suas atividades pelo prazo de 30 anos até 22 de outubro de 2028, podendo este ser prorrogado por no máximo igual período.

A área de concessão da Companhia contempla 27 municípios do interior e litoral do Estado de São Paulo, atendendo a 1,7 milhão de consumidores (informações não revisadas pelos auditores independentes). Entre os principais municípios estão Santos, Sorocaba e Jundiáí.

Capital circulante líquido negativo

Em 30 de setembro de 2017, a Companhia apresentou nas informações contábeis intermediárias o capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 56.122, o que está dentro dos planos de redução nos custos das dívidas da Companhia. Adicionalmente a Companhia tem histórico de lucros, bem como projeção de lucratividade e geração de caixa, o que suporta e viabiliza o plano de renegociação para redução nos custos da dívida da Companhia.

(2) APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

2.1 Base de preparação

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e também com base nas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – (CVM), aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas e critérios contábeis adotados no preparo dessas informações contábeis intermediárias estão consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016 e, portanto devem ser analisadas em conjunto.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A autorização para a emissão destas informações contábeis intermediárias foi dada pela Administração em 6 de novembro de 2017.

Notas Explicativas

2.2 Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo, ii) instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e iii) ativos financeiros disponíveis para venda mensurados ao valor justo. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 29 de Instrumentos Financeiros.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações contábeis intermediárias exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material, caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes, são:

- Nota 6 – Consumidores, concessionárias e permissionárias (Provisão para créditos de liquidação duvidosa);
- Nota 8 – Ativo e passivo financeiro setorial (determinados componentes financeiros que podem surgir sem metodologia prévia);
- Nota 9 – Créditos fiscais diferidos (reconhecimento de ativos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados);
- Nota 10 – Ativo financeiro da concessão (premissas para determinação do valor justo);
- Nota 11 – Outros créditos (Provisão para créditos de liquidação duvidosa);
- Nota 12 – Intangível (principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 16 – Entidade de previdência privada (principais premissas atuariais na mensuração de obrigações de benefícios definidos);
- Nota 19 – Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais (reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos);
- Nota 23 – Receita operacional líquida (premissas para mensuração do fornecimento e Tarifa de uso do sistema de distribuição (“TUSD”) não faturados); e
- Nota 29 – Instrumentos financeiros (premissas para determinação do valor justo).

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e as informações contábeis intermediárias estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

Notas Explicativas

2.5 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2.6 Reapresentações nas informações contábeis intermediárias do trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2016

Conforme mencionado na nota 2.6 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016, a Companhia, objetivando a melhor apresentação de seu desempenho operacional e financeiro concluiu que o ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão, anteriormente apresentado na rubrica de receita financeira, no resultado financeiro, deve ser mais adequadamente classificado no grupo de receitas operacionais, juntamente com as demais receitas relacionadas com a sua atividade fim. Esta alocação reflete de forma mais acurada o modelo de negócio de distribuição de energia elétrica e propicia uma melhor apresentação quanto ao seu desempenho.

Em atendimento as orientações do CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a Companhia alterou sua política contábil anteriormente adotada por uma política contábil que melhor reflete o desempenho dos negócios da Companhia (pelos argumentos acima mencionados) e, portanto, procedeu as reclassificações de forma retrospectiva em suas informações correspondentes apresentadas para fins comparativos correspondentes às demonstrações do resultado e do valor adicionado, em relação à aquelas originalmente emitidas em 07 de novembro de 2016.

As reclassificações efetuadas não alteram o total dos ativos, o patrimônio líquido e o lucro líquido, nem a demonstração do fluxo de caixa.

As demonstrações do resultado e do valor adicionado, para fins de comparabilidade, estão apresentadas a seguir:

Demonstração do resultado do período

Conciliação da demonstração do resultado	3º Trimestre	Reclassificações	3º Trimestre 2016	9 Meses 2016	Reclassificações	9 Meses 2016
	2016		(Reapresentado)			(Reapresentado)
Receita operacional líquida	788.209	8.861	797.070	2.323.549	40.925	2.364.474
Custo do serviço de energia elétrica						
Custo com energia elétrica	(553.388)	-	(553.388)	(1.612.643)	-	(1.612.643)
Custo de operação	(58.127)	-	(58.127)	(167.135)	-	(167.135)
Custo do serviço prestado a terceiros	(51.268)	-	(51.268)	(117.544)	-	(117.544)
Lucro operacional bruto	125.426	8.861	134.287	426.227	40.925	467.152
Despesas operacionais						
Despesas com vendas	(34.592)	-	(34.592)	(105.555)	-	(105.555)
Despesas gerais e administrativas	(32.056)	-	(32.056)	(108.678)	-	(108.678)
Outras despesas operacionais	(3.551)	-	(3.551)	(7.406)	-	(7.406)
Resultado do serviço	55.228	8.861	64.089	204.589	40.925	245.514
Resultado financeiro						
Receitas financeiras	46.364	(9.701)	36.663	171.766	(43.436)	128.330
Despesas financeiras	(75.883)	840	(75.043)	(194.346)	2.511	(191.835)
	(29.519)	(8.861)	(38.380)	(22.580)	(40.925)	(63.505)
Lucro antes dos tributos	25.709	-	25.709	182.009	-	182.009
Contribuição social	(2.886)	-	(2.886)	(18.311)	-	(18.311)
Imposto de renda	(7.646)	-	(7.646)	(51.094)	-	(51.094)
	(10.531)	-	(10.531)	(69.405)	-	(69.405)
Lucro líquido do período	15.178	-	15.178	112.604	-	112.604

Notas Explicativas**Demonstração do valor adicionado do período**

	9 Meses de 2016	Reclassificações	9 Meses de 2016 (Reapresentado)
1 - Receita	4.292.805	40.925	4.333.730
1.1 Receita de venda de energia e serviços	4.224.218	40.925	4.265.143
1.2 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	117.212	-	117.212
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(48.625)	-	(48.625)
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	(2.080.526)	-	(2.080.526)
2.1 Custo com energia elétrica	(1.800.430)	-	(1.800.430)
2.2 Material	(82.200)	-	(82.200)
2.3 Serviços de terceiros	(126.159)	-	(126.159)
2.4 Outros	(71.737)	-	(71.737)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	2.212.279	40.925	2.253.204
4 - Retenções	(69.199)	-	(69.199)
4.1 Amortização	(69.199)	-	(69.199)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	2.143.081	40.925	2.184.006
6 - Valor adicionado recebido em transferência	180.539	(43.436)	137.103
6.1 Receitas financeiras	180.539	(43.436)	137.103
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	2.323.620	(2.511)	2.321.109
8 - Distribuição do valor adicionado			
8.1 Pessoal e encargos	105.159	-	105.159
8.2 Impostos, taxas e contribuições	1.908.160	-	1.908.160
8.3 Remuneração de capital de terceiros	197.697	(2.511)	195.186
8.3.1 Juros	194.577	(2.511)	192.066
8.3.2 Aluguéis	3.120	-	3.120
8.4 Remuneração de capital próprio	112.604	-	112.604
	2.323.620	(2.511)	2.321.109

(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas com base nas mesmas políticas contábeis descritas nas notas explicativas 3.1 a 3.14, divulgadas nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Desta forma, a Companhia determinou o valor justo conforme CPC 46, o qual define o valor justo como a estimativa de preço pelo qual uma transação não forçada para a venda do ativo ou para a transferência do passivo ocorreria entre participantes do mercado sob condições atuais de mercado na data de mensuração.

- Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 29) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

Os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda referem-se ao direito à

Notas Explicativas

indenização que será paga pela União no momento da reversão dos ativos da Companhia, ao final do seu prazo de concessão. A metodologia adotada para valorização a valor justo destes ativos tem como ponto de partida o processo de revisão tarifária da Companhia. Este processo, realizado a cada quatro anos consiste na avaliação ao preço de reposição da infraestrutura de distribuição, conforme critérios estabelecidos pelo órgão regulador ANEEL. Esta base de avaliação é utilizada para precificação da tarifa que anualmente, até o momento do próximo processo de revisão tarifária, é reajustada tendo como parâmetro os principais índices de inflação.

Desta forma, no momento da revisão tarifária, cada concessionária ajusta a posição do ativo financeiro base para indenização aos valores homologados pelo órgão regulador e utiliza o IPCA como melhor estimativa para ajustar a base original ao respectivo valor atualizado nas datas subsequentes, em consonância com o processo de revisão tarifária.

(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Saldos bancários	9.933	8.146
Aplicações financeiras	<u>574.242</u>	<u>775.672</u>
Aplicação de curtíssimo prazo (a)	32.618	4.499
Certificado de depósito bancário (b)	301.383	290.956
Fundos de investimento (c)	<u>240.241</u>	<u>480.217</u>
Total	<u>584.175</u>	<u>783.818</u>

a) Saldos bancários disponíveis em conta corrente que são remunerados diariamente através de aplicações em Certificados de Depósitos Bancários ("CDB's") e remuneração de 15% da variação do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI").

b) Corresponde a operações de curto prazo em CDB's e debêntures compromissadas realizadas com instituições financeiras de grande porte que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 101,9% do CDI.

c) Representa valores aplicados em Fundos Exclusivos, com liquidez diária e remuneração equivalente, na média de 101,9% do CDI, tendo como características aplicações pós-fixadas em CDI lastreadas em títulos públicos federais, CDB's, letras financeiras e debêntures compromissadas de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito e vencimento de curto prazo.

Notas Explicativas

(6) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	Saldos vincendos	Vencidos		Total	
		até 90 dias	> 90 dias	30/09/2017	31/12/2016
Circulante					
Classes de consumidores					
Residencial	112.439	81.939	15.786	210.163	176.840
Industrial	18.359	12.057	14.684	45.100	44.385
Comercial	36.472	12.485	6.681	55.638	47.021
Rural	1.852	723	76	2.651	2.408
Poder público	8.511	1.073	193	9.777	9.361
Iluminação pública	8.842	555	15	9.413	10.177
Serviço público	9.133	117	3.524	12.774	12.308
Faturado	195.608	108.949	40.959	345.516	302.500
Não faturado	164.264	-	-	164.264	183.771
Parcelamento de débito de consumidores	24.451	4.639	6.566	35.657	29.283
Operações realizadas na CCEE	320.647	-	-	320.647	72.157
Concessionárias e permissionárias	1.836	-	-	1.836	3.817
Outros	39	-	-	39	-
	706.845	113.588	47.525	867.959	591.528
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(50.066)	(49.956)
Total				817.892	541.572
Não circulante					
Parcelamento de débito de consumidores	8.367	-	-	8.367	8.113
Operações realizadas na CCEE	8.208	-	-	8.208	8.208
	16.575	-	-	16.575	16.321
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(2.071)	(2.818)
Total				14.504	13.504

Provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PDD”)

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros créditos (nota 11)	Total
Saldo em 31/12/2016	(52.774)	(2.260)	(55.034)
Provisão revertida (constituída) liquida	(58.196)	(260)	(58.456)
Recuperação de receita	24.923	-	24.923
Baixa de contas a receber provisionadas	33.909	-	33.909
Saldo em 30/09/2017	(52.137)	(2.521)	(54.658)
Circulante	(50.066)	(2.521)	(52.587)
Não circulante	(2.071)	-	(2.071)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no histórico e probabilidade de inadimplência e segue os seguintes critérios:

Classe	Vencidos acima de:
Residencial	90 dias
Comercial	180 dias
Demais classes	360 dias
Faturas diversas	180 dias
Parcelamento de débitos	90 dias. Em caso de atraso de uma parcela, todo o saldo é provisionado.

Notas Explicativas

(7) TRIBUTOS A COMPENSAR

	30/09/2017	31/12/2016
Circulante		
Antecipações de contribuição social - CSLL	-	1.810
Antecipações de imposto de renda - IRPJ	-	7.792
Imposto de renda e contribuição social a compensar	1.003	1.186
Imposto de renda e contribuição social a compensar	1.003	10.789
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	6.839	5.611
ICMS a compensar	13.239	13.742
Programa de integração social - PIS	940	848
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	4.237	3.812
Instituto nacional de seguridade social - INSS	1.365	1.365
Outros	96	79
Outros tributos a compensar	26.717	25.458
Total circulante	27.720	36.247
Não circulante		
ICMS a compensar	18.441	19.179
Total Não circulante	18.441	19.179

(8) ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL

A composição dos saldos e a movimentação do período do ativo e passivo financeiro setorial são como segue:

	Saldo em 31/12/2016			Receita operacional		Resultado financeiro	Recebimento	Saldo em 30/09/2017		
	Diferido	Homologado	Total	Constituição	Realização	Atualização monetária	Via bandeira tarifária (nota 23.4)	Diferido	Homologado	Total
Parcela "A"	(36.362)	(125.725)	(162.087)	175.645	112.475	(9.876)	(70.977)	20.915	24.266	45.180
CVA (*)										
CDE (**)	(57.470)	(147.546)	(205.016)	(104.750)	128.607	(13.259)	-	(168.596)	(25.821)	(194.417)
Custos energia elétrica	21.156	(14.563)	6.593	416.691	20.120	3.526	(70.977)	364.557	11.396	375.953
ESS e EER (***)	(57.082)	(31.499)	(88.581)	(133.300)	25.752	(8.344)	-	(235.570)	31.097	(204.473)
Promfa	171	20.815	20.986	(15.648)	(19.167)	1.183	-	(15.361)	2.715	(12.646)
Rede básica	3.883	1.379	5.261	16.424	(1.262)	621	-	20.867	178	21.044
Repasse de Itaipu	10.190	(64.288)	(54.098)	135.876	60.077	2.135	-	147.687	(3.698)	143.989
Transporte de Itaipu	513	1.561	2.075	10.679	(1.322)	162	-	11.280	314	11.594
Neutralidade dos encargos setoriais	16.898	89.094	105.991	65.628	(82.449)	2.931	-	85.457	6.644	92.101
Sobrecontratação	25.380	19.322	44.702	(215.956)	(17.881)	1.169	-	(189.406)	1.441	(187.965)
Outros componentes financeiros	(67.584)	(124.757)	(192.342)	(27.216)	115.453	(6.344)	-	(101.145)	(9.304)	(110.449)
Devolução referente liminares	-	(132.410)	(132.410)	-	122.536	-	-	-	(9.875)	(9.875)
Outros	(67.584)	7.653	(59.932)	(27.216)	(7.082)	(6.344)	-	(101.145)	571	(100.574)
Total	(103.947)	(250.482)	(354.429)	148.429	227.928	(16.221)	(70.977)	(80.230)	14.962	(65.269)
Ativo circulante										5.449
Passivo circulante			(260.642)							-
Passivo não circulante			(93.787)							(70.718)

(*) Conta de compensação da variação dos valores de itens da parcela "A"

(**) Conta de desenvolvimento energético

(***) Encargo do serviço do sistema ("ESS") e Encargo de energia de reserva ("EER")

Os detalhes sobre a natureza de cada ativo e passivo financeiro setorial estão descritos na nota 8 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

Notas Explicativas

(9) CRÉDITOS FISCAIS DIFERIDOS

9.1 - Composição dos créditos fiscais:

	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<u>Crédito de contribuição social</u>		
Bases negativas	1.636	5.330
Benefício fiscal do intangível incorporado	11.474	12.251
Diferenças temporariamente indedutíveis	(6.993)	(5.792)
Subtotal	6.117	11.789
<u>Crédito de imposto de renda</u>		
Prejuízos fiscais	4.620	14.838
Benefício fiscal do intangível incorporado	39.379	42.044
Diferenças temporariamente indedutíveis	(19.686)	(16.350)
Subtotal	24.313	40.531
Total	30.430	52.320

A expectativa de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo não circulante, decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis, benefício fiscal do ágio incorporado e bases negativas e prejuízos fiscais, cuja composição está descrita nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016 está baseada nas projeções de resultados futuros, aprovadas pelo Conselho de Administração e apreciadas pelo Conselho Fiscal da CPFL Energia. A fim de refletir adequadamente a alíquota efetiva dos tributos sobre o lucro, são registrados mensalmente créditos fiscais diferidos sobre eventuais prejuízos que possuem projeções positivas conforme referidos estudos.

9.2 – Benefício fiscal do intangível incorporado:

Refere-se ao crédito fiscal calculado sobre o intangível de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 e ICPC 09 (R2) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos ágios incorporados que os originaram, conforme CPC 27 e CPC 04 (R1) – Esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, a taxa anual de amortização aplicada foi de 2,97% (2,97% no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016).

9.3 - Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis:

	<u>30/09/2017</u>		<u>31/12/2016</u>	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Diferenças temporariamente indedutíveis				
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	7.652	21.255	8.441	23.448
Entidade de previdência privada	2.182	6.062	1.711	4.753
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4.919	13.664	4.953	13.758
Provisão energia livre	1.841	5.114	1.704	4.733
Programas de P&D e eficiência energética	4.086	11.350	3.370	9.361
Provisão relacionada a pessoal	335	931	498	1.383
Derivativos	(10.870)	(30.196)	(9.150)	(25.415)
Registro da concessão - ajuste do intangível (CPC)	(1.215)	(3.376)	(1.298)	(3.605)
Registro da concessão - ajuste do ativo financeiro (CPC)	(26.635)	(73.985)	(25.338)	(70.382)
Perdas atuariais (CPC)	3.541	9.835	3.541	9.835
Instrumentos financeiros (CPC)	(267)	(741)	(1.260)	(3.499)
Outros	328	651	(74)	(472)
Diferenças temporariamente indedutíveis - resultado abrangente acumulado				
Perdas atuariais (CPC)	7.109	19.750	7.109	19.750
Total	(6.993)	(19.686)	(5.792)	(16.350)

Notas Explicativas

9.4 - Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos trimestres e períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2017 e 2016:

	CSLL			
	2017		2016	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Lucro antes dos tributos	41.518	141.680	25.709	182.009
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Incentivos fiscais - PIIT(*)	(928)	(1.066)	(291)	(307)
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	5.327	17.051	6.088	20.631
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	368	1.253	556	1.123
Base de cálculo	46.285	158.918	32.062	203.456
Alíquota aplicável	9%	9%	9%	9%
Total	(4.166)	(14.303)	(2.886)	(18.311)
Corrente	(3.861)	(8.631)	(5.882)	(32.083)
Diferido	(305)	(5.672)	2.996	13.772

(*) Programa de incentivo de inovação tecnológica

	IRPJ			
	2017		2016	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Lucro Antes dos Tributos	41.518	141.680	25.709	182.009
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Incentivos fiscais - PIIT(*)	(928)	(1.066)	(291)	(307)
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	5.327	17.051	6.088	20.631
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	(719)	212	(924)	2.041
Base de Cálculo	45.198	157.877	30.582	204.374
Alíquota Aplicável	25%	25%	25%	25%
Total	(11.299)	(39.469)	(7.646)	(51.094)
Corrente	(10.327)	(23.251)	(15.842)	(89.132)
Diferido	(972)	(16.218)	8.196	38.038

(*) Programa de incentivo de inovação tecnológica

(10) ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

Saldo em 31/12/2016	860.979
Adições	68.595
Ajuste de expectativa de fluxo de caixa	16.846
Baixas	(5.057)
Saldo em 30/09/2017	941.362

O saldo refere-se ao valor justo do ativo financeiro, correspondente ao direito estabelecido no contrato de concessão de energia, de receber caixa via indenização, no momento da reversão dos ativos ao Poder Concedente ao término da concessão.

Conforme modelo tarifário vigente, a remuneração deste ativo é reconhecida no resultado mediante faturamento aos consumidores e sua realização ocorre no momento do recebimento das contas de energia elétrica. Adicionalmente a diferença para ajustar o saldo à expectativa de recebimento do fluxo de caixa, conforme valor justo (valor novo de reposição "VNR" - nota 4) é registrada como contrapartida na conta de receita operacional (nota 23).

Notas Explicativas**(11) OUTROS CRÉDITOS**

	Circulante		Não circulante	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Adiantamentos - Fundação CESP	3.327	1.430	-	-
Cauções, fundos e depósitos vinculados	777	3.310	6.473	4.607
Ordens em curso	42.552	38.887	-	-
Serviços prestados a terceiros	1.053	1.354	-	-
Despesas antecipadas	12.177	10.729	1.482	1.717
Contas a receber - Eletrobrás	31.633	33.716	-	-
Adiantamentos a funcionários	5.538	2.623	-	-
Arrendamentos e aluguéis de postes	5.041	4.234	-	-
Faturas diversas	1.561	2.661	-	-
Outros	5.920	5.670	-	-
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 6)	(2.521)	(2.260)	-	-
Total	107.058	102.355	7.955	6.324

Contas a receber – Eletrobrás – Refere-se às: (i) subvenções de baixa renda no montante de R\$ 1.694 (R\$ 1.688 em 31 de dezembro de 2016), (ii) outros descontos tarifários concedidos aos consumidores no montante de R\$ 26.413 (R\$ 14.839 em 31 de dezembro de 2016) e (iii) descontos tarifários - liminares no montante de R\$ 3.526 (R\$ 17.189 em 31 de dezembro de 2016) (nota 23.3).

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 a Companhia efetuou o encontro de contas do montante a pagar de CDE (nota 17) e o contas a receber - Eletrobrás no valor de R\$ 53.436 (nota 23.3).

(12) INTANGÍVEL

	Direito de concessão		Total
	Infraestrutura de distribuição - em serviço	Infraestrutura de distribuição - em curso	
Saldo em 31/12/2016	790.389	107.289	897.678
Custo histórico	1.975.182	107.289	2.082.471
Amortização acumulada	(1.184.793)	-	(1.184.793)
Adições	-	142.966	142.966
Amortização	(72.146)	-	(72.146)
Transferência - intangíveis	79.973	(79.973)	-
Transferência - ativo financeiro	(947)	(67.648)	(68.595)
Baixa e transferência - outros ativos	(5.580)	-	(5.580)
Saldo em 30/09/2017	791.689	102.635	894.324
Custo histórico	2.035.815	102.635	2.138.450
Amortização acumulada	(1.244.126)	-	(1.244.126)

Em conformidade com o CPC 20 (R1), os juros referentes aos empréstimos tomados pela Companhia para o financiamento das obras são capitalizados durante a fase de construção. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 foram capitalizados R\$ 1.629 (R\$ 980 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016) a uma taxa média de 8,09% a.a. (nota 26).

Os valores de amortização dos ativos intangíveis de infraestrutura de distribuição (nota 25)

Notas Explicativas

estão registrados na demonstração do resultado na rubrica de “amortização”.

(13) FORNECEDORES

	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Encargos de serviço do sistema	-	8.658
Suprimento de energia elétrica	656.443	334.357
Encargos de uso da rede elétrica	26.801	19.308
Materiais e serviços	42.439	68.722
Energia livre	38.152	35.314
Total	<u>763.836</u>	<u>466.360</u>

Notas Explicativas

(14) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Remuneração a.a	Condições de amortização	Garantias	30/09/2017			31/12/2016			Total		
				Circulante		Não Circulante	Circulante		Não Circulante			
				Encargos	Principal	Principal	Encargos	Principal	Encargos		Principal	
Mensuradas ao custo												
Moeda nacional												
BNDES												
FINEM IV (a)	TJLP + 2,12% a 3,3%	72 parcelas mensais a partir de fevereiro de 2012	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	22	6.173	-	6.195	75	18.365	-	1.530	19.970
FINEM IV (b)	Pré fixado 5,5%	96 Parcelas mensais a partir de fevereiro de 2013	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	29	3.918	9.141	13.088	38	3.918	-	12.079	16.035
FINEM IV (c)	Pré fixado 8,0%	90 Parcelas mensais a partir de agosto de 2011	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	2	561	188	751	4	561	-	608	1.173
FINEM V (d)	TJLP + 2,06% a 3,08%	72 parcelas mensais a partir de janeiro de 2014	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	113	14.681	18.351	33.145	159	14.559	-	29.118	43.836
FINEM V (e)	Pré fixado 2,5%	96 Parcelas mensais a partir de dezembro de 2014	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	37	6.865	28.605	35.507	45	6.865	-	33.754	40.664
FINEM V (f)	Pré fixado 2,5%	114 Parcelas mensais a partir de junho de 2013	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	2	395	1.646	2.043	2	395	-	1.942	2.339
FINEM VI (g)	TJLP + 2,12% a 2,66%	72 Parcelas mensais a partir de abril de 2016	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	191	12.589	44.060	56.840	236	12.484	-	53.058	65.778
FINEM VI (h)	Pré fixado 6,0%	96 Parcelas mensais a partir de abril de 2016	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	60	3.879	21.338	25.277	73	3.879	-	24.246	28.198
FINEM VI (i)	SELIC + 2,62% a 2,66%	72 Parcelas mensais a partir de abril de 2016	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	40	8.558	29.955	38.553	47	7.919	-	33.654	41.620
FINAME	Pré fixado 4,5%	96 parcelas mensais a partir de janeiro de 2012	Aval da CPFL Energia	17	4.000	4.999	9.016	23	4.000	-	8.000	12.023
Instituições financeiras												
Banco do Brasil-capital de giro (j)	104,9% do CDI	2 Parcelas anuais a partir de julho de 2017	Aval da CPFL Energia	-	-	-	-	5.738	11.000	17.213	33.000	66.951
Total moeda nacional - mensuradas ao custo				513	61.619	158.283	220.415	6.440	83.945	17.213	230.989	338.587
Mensuradas ao valor justo												
Moeda estrangeira												
Instituições financeiras												
Citibank	US\$ + Libor 3 meses + 1,35% (1)	Parcela única em março de 2019	Aval da CPFL Energia e nota promissória	295	-	159.355	159.650	270	-	-	162.955	163.225
Sumitomo Mitsui (k)	US\$ + Libor 3 meses + 1,35% (2)	Parcela única em abril de 2018	Aval da CPFL Energia e Nota Promissória	881	159.355	-	160.236	757	-	-	162.955	163.712
BNP Paribas	EURO + 1,6350% (3)	Parcela única em janeiro de 2018	Aval da CPFL Energia e nota promissória	741	206.457	-	207.198	1.455	-	-	187.367	188.822
Citibank	US\$ + Libor 3 meses + 1,41% (4)	02 Parcelas anuais a partir de janeiro de 2019	Aval da CPFL Energia e nota promissória	918	-	199.194	200.112	792	-	-	203.694	204.486
Scotiabank	US\$ + 2,08% (5)	Parcela única em agosto de 2017	Aval da CPFL Energia e nota promissória	-	-	-	-	460	53.775	-	-	54.235
Operação sindicalizada (*) - Bank of America Merrill Lynch, Citibank, HSBC e EDC-Export Development Canada	US\$ + Libor 3 meses + 2,7% (6)	05 Parcelas semestrais a partir de maio de 2019	Aval da CPFL Energia e nota promissória	900	-	212.474	213.374	831	-	-	217.273	218.104
Marcação a mercado				-	882	7.855	8.737	-	(182)	-	(5.049)	(5.231)
Total moeda estrangeira - mensuradas ao valor justo				3.735	366.694	578.878	949.307	4.965	53.593	-	929.195	987.353
Gastos com captação (*)				-	(249)	(3.375)	(3.624)	-	(331)	-	(4.410)	(4.741)
Total				4.249	428.064	733.783	1.166.096	11.004	137.207	17.213	1.155.774	1.321.198

Swap convertendo o custo da operação de variação de moeda para variação da taxa de juros em reais, correspondendo a:

(1) 109,5% do CDI a.a. (2) 105,7% e 105,9% do CDI a.a. (3) 103,6% do CDI a.a. (4) 108,6% do CDI a.a. (5) 103,5% do CDI a.a. (6) 108,15% a 116% do CDI a.a.

- (a) taxa efetiva 60,7% a 68,82% do CDI
 (b) taxa efetiva 45,68% do CDI
 (c) taxa efetiva 65,91% do CDI
 (d) taxa efetiva 88,55% a 100,53% do CDI
 (e) taxa efetiva 30,35% do CDI
 (f) taxa efetiva 30,65% do CDI
 (g) taxa efetiva 68,69% a 72,65% do CDI
 (h) taxa efetiva 48,39% do CDI
 (i) taxa efetiva 122,33% do CDI
 (j) taxa efetiva 109,47% do CDI
 (k) taxa efetiva 107,3% do CDI

(*) Conforme CPC 08, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas

(**) Operação sindicalizada – empréstimos financeiros em moeda estrangeira, tendo como contraparte um grupo de instituições financeiras.

Conforme segregado no quadro acima, a Companhia em consonância com os CPC's 38 e 39 classificou suas dívidas como (i) outros passivos financeiros (ou mensuradas ao custo amortizado), e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente. Em 30 de setembro de 2017, o saldo da dívida designada ao valor justo totalizava R\$ 949.307 (R\$ 987.353 em 31 de dezembro de 2016).

Notas Explicativas

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia. Em 30 de setembro de 2017 as perdas acumuladas obtidas na marcação a mercado das referidas dívidas de R\$ 8.737 (ganhos acumulados de R\$ 5.231 em 31 de dezembro de 2016), compensados dos ganhos obtidos com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 10.865 (ganho de R\$ 8.919 em 31 de dezembro de 2016), contratados para proteção da variação cambial (nota 29), geraram um ganho total líquido de R\$ 2.128 (ganho total de R\$ 14.150 em 31 de dezembro de 2016).

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante, têm vencimentos assim programados:

<u>Ano de vencimento</u>	
A partir de 01/10/2018	13.829
2019	397.666
2020	219.584
2021	74.439
2022	15.692
2023 a 2024	4.717
Subtotal	725.928
Marcação a mercado	7.855
Total	733.783

Em março de 2017, foram liquidados R\$ 68.952 do empréstimo com o Banco do Brasil, cujos vencimentos originais eram julho de 2017 e julho de 2018.

Condições restritivas

Os contratos de empréstimos e financiamentos estão sujeitos a certas condições restritivas, contemplando cláusulas, que requerem da Companhia e sua controladora CPFL Energia a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos. Adicionalmente, os referidos contratos contêm cláusulas restritivas não financeiras, as quais estão atendidas conforme o último período de apuração.

Os detalhes das condições restritivas para as demais dívidas estão apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

Especificamente para as dívidas com o BNDES relacionadas ao (i) FINEM da Companhia, em 2017 foram aditivados os respectivos contratos com a inclusão de novos covenants financeiros, adicionais aos anteriormente existentes, que devem ser apurados anualmente nas demonstrações financeiras da Companhia:

- (i) Manutenção, dos índices já apresentados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016;
- (ii) Manutenção, pela controladora CPFL Energia, dos seguintes índices:
 - Dívida líquida dividida pelo EBITDA - valor máximo de 3,75;
 - Patrimônio líquido / (patrimônio líquido + dívidas bancárias líquidas) superior a 0,28.
- (iii) Manutenção, pela State Grid Brazil Power (SGBP), dos seguintes índices:
 - Patrimônio líquido / Ativo Total superior a 0,30 (desconsiderando os efeitos do OCPC 01 (R1)).

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas cujos indicadores sejam mensurados semestralmente e anualmente estão adequadamente atendidas conforme o último período de apuração, ou seja, 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, respectivamente.

Notas Explicativas

(15) DEBÊNTURES

	Quantidade em circulação	Remuneração a.a.	Taxa efetiva a.a.	Condições de amortização	Garantias	30/09/2017			31/12/2016				
						Circulante		Não Circulante	Circulante		Não Circulante	Total	
						Encargos	Principal	Principal	Encargos	Principal	Principal	Total	
6ª Emissão													
Série única	110	CDI + 0,8% (1)	CDI + 0,91%	03 Parcelas anuais a partir de julho de 2017 (**)	Fiança da CPFL Energia	1.067	-	44.000	45.067	7.846	33.000	77.000	117.846
7ª Emissão													
Série única	23.500	CDI + 0,83% (1)	CDI + 0,89%	04 Parcelas anuais a partir de fevereiro de 2018	Fiança da CPFL Energia	3.286	58.750	176.250	238.286	13.455	-	235.000	248.455
8ª Emissão													
2ª Série	246.000	109,5% CDI	109,5% CDI	02 Parcelas anuais a partir de fevereiro de 2021	Fiança da CPFL Energia	2.861	-	246.000	248.861	-	-	-	-
1ª Série	60.000	IPCA + 5,2901%	IPCA + 5,2901%	02 Parcelas anuais a partir de fevereiro de 2023	Fiança da CPFL Energia	398	-	60.559	60.957	-	-	-	-
Gastos com emissão (*)													
				Total		7.612	58.642	524.132	590.386	21.301	32.920	311.425	365.646

(1) A Companhia possui swap convertendo o componente pré-fixado dos juros da operação para variação de taxa de juros em reais, correspondente a 107,85% a 107,88% do CDI.
 (*) Conforme CPC 08, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas.

O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

Ano de vencimento

2019	102.496
2020	58.642
2021	180.799
2022	122.094
2023 a 2024	60.100
Total	524.132

Adições no período:**8ª emissão**

No período de nove meses de 2017, foram subscritas e integralizadas 306.000 debêntures, nominativas e escriturais, sendo 60.000 debêntures da primeira série e 246.000 debêntures da segunda série, da espécie quirografária, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais) o que gerou uma captação total de R\$ 306.000 (R\$ 303.442 líquida dos gastos de emissão). Os recursos líquidos obtidos serão destinados: (i) primeira série: para a implementação e desenvolvimento de projetos de investimento em subestações e linhas de transmissão; e (ii) segunda série: para refinanciamento de dívidas e reforço do capital de giro.

Pré-pagamento

6ª emissão de debêntures – Em fevereiro de 2017, foram antecipadas o pagamento de duas parcelas de principal da 6ª emissão de debêntures no montante de R\$ 67.610, cujos vencimentos originais eram julho de 2017 e julho de 2018.

Condições restritivas

As debêntures estão sujeitas a certas condições restritivas que contemplam, cláusulas que requerem da garantidora (controladora CPFL Energia) a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos. Adicionalmente, os referidos contratos de debêntures contêm cláusulas restritivas não financeiras, as quais estão atendidas conforme o último período de apuração.

A 8ª emissão de debêntures emitida em 2017 está sujeita há condições restritivas, que requer da controladora CPFL Energia a manutenção de índices financeiros, como segue:

Notas Explicativas

- Endividamento líquido dividido pelo EBITDA menor ou igual a 3,75; e
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

Os detalhes das condições restritivas para as demais debêntures estão apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

A Administração da Companhia e da controladora CPFL Energia monitoram esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas cujos indicadores sejam mensurados semestralmente e anualmente estão adequadamente atendidas conforme o último período de apuração, ou seja, 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, respectivamente.

(16) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensões para seus empregados, cujas características estão descritas na nota 16 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

16.1 – Movimentações dos planos de benefício definido

As movimentações ocorridas no período, no passivo líquido são as seguintes:

Passivo atuarial líquido em 31/12/2016	139.958
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	12.933
Contribuições da patrocinadora vertidas no período	<u>(8.728)</u>
Passivo atuarial líquido em 30/09/2017	144.163
Outras contribuições	641
Total passivo	<u>144.804</u>
Circulante	17.540
Não circulante	127.264

As despesas reconhecidas como custo da operação estão demonstradas abaixo:

	<u>9 meses de</u> <u>2017</u>	<u>9 meses de</u> <u>2016</u>
Custo do serviço	2.364	2.248
Juros sobre obrigações atuariais	95.670	89.839
Rendimento esperado dos ativos do plano	<u>(85.101)</u>	<u>(87.027)</u>
Total da despesa (receita)	<u>12.933</u>	<u>5.060</u>

Notas Explicativas

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial, com base nos laudos atuariais preparados para as datas-base de 31 de dezembro de 2016 e 2015, foram:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	10,99% a.a.	12,67% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	10,99% a.a.	12,67% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	7,00% a.a.	6,79% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	5,00% a.a.	5,00% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para a determinação das taxas nominais acima):	5,00% a.a.	5,00% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	AT-2000 (-10)	AT-2000 (-10)
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Light fraca	Light fraca
Taxa de rotatividade esperada:	ExpR_2012*	ExpR_2012*
	100% na primeira	100% na primeira
Probabilidade de ingresso na aposentadoria:	elegibilidade a um benefício pelo Plano	elegibilidade a um benefício pelo Plano
* Experiência FUNCESP, agravada em 40%.		

(17) TAXAS REGULAMENTARES

	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Taxa de fiscalização da ANEEL - TFSEE	335	335
Conta de desenvolvimento energético - CDE (nota 23.5)	56.516	68.210
Bandeiras tarifárias e outros	30.654	304
Total	<u>87.506</u>	<u>68.849</u>

Conta de desenvolvimento energético – CDE – Refere-se: (i) a quota anual de CDE para o exercício de 2017 no montante de R\$ 30.584 (R\$ 37.484 em 31 de dezembro de 2016), (ii) quota destinada à devolução do aporte de CDE do período de janeiro de 2013 a janeiro de 2014 no montante de R\$ 10.068 (R\$ 10.068 em 31 de dezembro de 2016) e (iii) quota destinada à devolução do aporte da Conta no Ambiente de Contratação Regulada (“conta ACR”) do período de fevereiro a dezembro de 2014, no montante de R\$ 15.864 (R\$ 20.658 em 31 de dezembro de 2016). No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 a Companhia efetuou o encontro de contas do montante a pagar de CDE e o contas a receber - Eletrobrás (nota 11) no montante de R\$ 53.436.

Notas Explicativas**(18) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES**

	30/09/2017	31/12/2016
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	610	-
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	408	-
Imposto de renda e contribuição social a recolher	1.018	-
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	97.114	90.642
Programa de integração social - PIS	4.408	3.381
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	20.305	15.574
Outros	4.293	4.717
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	126.120	114.314
Total circulante	127.138	114.314

(19) PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	30/09/2017		31/12/2016	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
Trabalhistas	27.212	13.953	27.968	14.215
Cíveis	23.809	31.032	37.458	38.199
Fiscais				
Imposto de renda	145.780	156.792	139.957	150.439
Outras	29.195	7.000	22.241	6.324
	<u>174.975</u>	<u>163.793</u>	<u>162.198</u>	<u>156.763</u>
Outros	4.331	-	6.244	-
Total	<u>230.328</u>	<u>208.778</u>	<u>233.869</u>	<u>209.178</u>

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros, está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2016	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 30/09/2017
Trabalhistas	27.968	14.322	(2.846)	(14.963)	2.731	27.212
Cíveis	37.458	13.226	(3.229)	(25.897)	2.251	23.809
Fiscais	162.198	5.206	(84)	(20)	7.674	174.975
Outros	6.244	1.106	-	(3.478)	459	4.331
Total	<u>233.869</u>	<u>33.860</u>	<u>(6.159)</u>	<u>(44.357)</u>	<u>13.115</u>	<u>230.328</u>

As provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

Os detalhes da natureza das provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e outros e depósitos judiciais estão apresentados na nota 19 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

Notas Explicativas

Perdas possíveis

A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis, devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 estavam assim representadas:

	30/09/2017	31/12/2016	Principais causas
Trabalhistas	69.486	68.204	Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade e horas extras
Cíveis	96.747	84.367	Danos pessoais e majoração tarifária
Fiscais	428.543	393.869	INSS, ICMS, FINSOCIAL, PIS e COFINS, Imposto de Renda e Contribuição Social
Regulatórias	3.510	7.020	Processos de fiscalização técnica, comercial e econômico-financeira
Total	598.285	553.459	

No tocante às contingências trabalhistas, a Companhia informa que, conforme descrito na nota 19 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016, há discussão a respeito da possibilidade de alteração do índice de correção adotado pela Justiça do Trabalho, sendo que o status da discussão não foi alterado desde então e o risco permanece como possível.

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

(20) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Circulante		Não circulante	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Consumidores e concessionárias	8.477	10.202	-	-
Programa de eficiência energética - PEE	52.813	51.693	6.392	1.489
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	22.659	14.175	4.389	6.938
EPE / FNDCT / PROCEL	2.952	2.450	-	-
Fundo de reversão	-	-	13.987	13.987
Adiantamentos	1.543	1.477	153	203
Juros sobre empréstimo compulsório	992	992	-	-
Folha de pagamento	2.124	2.765	-	-
Participação nos lucros	4.068	6.031	602	872
Convênios de arrecadação	11.639	11.987	-	-
Outros	1.554	1.973	-	-
Total	108.821	103.745	25.524	23.490

(21) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação dos acionistas no patrimônio da Companhia em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 está assim distribuída:

Acionistas	Quantidade de ações			
	Ordinárias	Preferenciais	Total	%
CPFL Energia S/A	29.564.002.609	23.532.767.571	53.096.770.180	100,00
Total	29.564.002.609	23.532.767.571	53.096.770.180	100,00

Os detalhes dos itens incluídos no patrimônio líquido estão descritos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

Notas Explicativas

21.1 - Aumento de Capital

Através da AGO/E de 4 de abril de 2017, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 4.588, referente capitalização do benefício fiscal do ágio apurado em 2016 sem emissão de novas ações.

21.2 – Recomposição da reserva estatutária

Em 2016, para compensar o prejuízo acumulado apurado no exercício, foi realizado a absorção parcial da reserva estatutária no montante de R\$ 12.164. Na AGO/E de 04 de abril de 2017 foi aprovada a recomposição da reserva estatutária com a retificação do valor do dividendo no mesmo montante.

21.3 – Distribuição de Dividendos

Conforme previsto em Estatuto Social da Companhia e com base nos resultados do primeiro semestre de 2017, a Administração da Companhia aprovou, em 04 de setembro de 2017, a declaração de dividendos, no montante de R\$ 52.722 sendo atribuído para cada lote de mil ações ordinárias o valor de R\$ 0,950795647 e para cada lote de mil ações preferenciais o valor de R\$ 1,045875212.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, a Companhia efetuou pagamento no montante de R\$ 59.916 referente a dividendo.

(22) LUCRO POR AÇÃO

22.1 - Lucro por ação – básico e diluído

O cálculo do lucro por ação básico e diluído para os trimestres e períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2017 e 2016 foi baseado no lucro líquido do período e o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os períodos apresentados:

	2017		2016	
	3º Trimestre	9 Meses	3º Trimestre	9 Meses
Numerador				
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas controladores	26.053	87.908	15.178	112.604
Denominador				
Ações em poder dos acionistas - ações ordinárias (mil)	29.564.003	29.564.003	29.564.003	29.564.003
Ações em poder dos acionistas - ações preferenciais (mil)	23.532.768	23.532.768	23.532.768	23.532.768
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$	0,47	1,59	0,27	2,03
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações preferenciais - R\$	0,52	1,74	0,30	2,23

Para os períodos findos em 30 de setembro de 2017 e 2016 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ação que gerassem impacto diluidor no lucro por ação.

Notas Explicativas

(23) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2017		2016	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre (Reapresentado)	9 meses (Reapresentado)
Receita de operações com energia elétrica				
Classe de consumidores				
Residencial	522.044	1.644.624	577.997	2.000.156
Industrial	146.189	442.821	246.522	802.270
Comercial	212.605	694.576	288.077	995.833
Rural	9.150	26.700	10.106	33.316
Poderes públicos	25.051	78.926	29.347	99.168
Iluminação pública	27.162	77.801	30.197	93.412
Serviço público	23.874	70.806	32.321	111.108
Fornecimento faturado	966.076	3.036.253	1.214.567	4.135.264
Fornecimento não faturado (líquido)	(9.359)	(25.047)	(363)	8.347
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	(347.275)	(1.106.447)	(492.714)	(1.629.074)
Fornecimento de energia elétrica	609.442	1.904.759	721.490	2.514.537
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	4.923	14.855	4.223	13.642
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	(525)	(1.635)	(435)	(1.480)
Energia elétrica de curto prazo	301.426	579.761	64.508	99.916
Suprimento de energia elétrica	305.824	592.981	68.296	112.078
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor cativo	347.799	1.108.082	493.149	1.630.554
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor livre	106.489	298.414	147.206	395.517
Receita de construção da infraestrutura de concessão	68.720	168.836	51.168	117.212
Ativo e passivo financeiro setorial (nota 8)	263.118	376.357	(286.627)	(700.161)
Atualização do ativo financeiro da concessão (nota 10)	574	14.413	8.861	40.925
Aporte CDE - baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários - liminares	37.067	120.684	168.229	219.592
Outras receitas e rendas	17.536	53.361	17.563	52.102
Outras receitas operacionais	841.303	2.140.147	599.549	1.755.741
Total da receita operacional bruta	1.756.570	4.637.887	1.389.334	4.382.355
Deduções da receita operacional				
ICMS	(203.753)	(641.471)	(255.616)	(867.134)
PIS	(27.871)	(73.698)	(21.915)	(69.915)
COFINS	(128.376)	(339.456)	(100.940)	(322.031)
ISS	(24)	(72)	(25)	(72)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(169.549)	(519.112)	(198.231)	(626.436)
Programa de P & D e eficiência energética	(10.931)	(27.165)	(7.370)	(22.063)
PROINFA	(15.846)	(45.807)	(7.167)	(21.247)
Bandeiras tarifárias e outros	(36.797)	(88.292)	(41)	(86.104)
Outros	(1.006)	(3.017)	(960)	(2.880)
	(594.154)	(1.738.091)	(592.265)	(2.017.881)
Receita operacional líquida	1.162.416	2.899.796	797.070	2.364.474

	2017		2016	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Receita de operações com energia elétrica - em GWh (*)				
Classe de consumidores				
Residencial	915	2.903	855	2.840
Industrial	305	935	429	1.352
Comercial	406	1.356	475	1.586
Rural	26	77	24	77
Poderes públicos	51	162	50	163
Iluminação pública	83	244	82	243
Serviço público	56	168	63	211
Fornecimento faturado	1.842	5.844	1.978	6.471
Consumo próprio	1	4	1	4
Fornecimento de energia elétrica	1.843	5.848	1.979	6.474
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	29	88	27	85
Energia elétrica de curto prazo	713	2.094	742	1.197
Suprimento de energia elétrica	743	2.182	769	1.283

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

Número de consumidores (*)	30/09/2017	30/09/2016
Classe de consumidores		
Residencial	1.602.061	1.581.683
Industrial	6.402	6.434
Comercial	82.905	82.388
Rural	7.224	7.188
Poderes públicos	8.178	8.296
Iluminação pública	2.079	2.056
Serviço público	1.183	1.155
Consumo Próprio	139	132
Total	1.710.171	1.689.332

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

Notas Explicativas

23.1 - Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos

As informações referentes à contabilização e histórico estão descritas na nota 23.1 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

23.2 - Revisão Tarifária Periódica (“RTP”), Reajuste Tarifário Anual (“RTA”) e Ajuste para reversão do Encargo de Energia de Reserva (“EER”) de Angra III

A ANEEL aprovou por meio da Resolução Homologatória nº 2.214, de 28 de Março de 2017 a republicação das Tarifas de Energia – TE e Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição – TUSD, com o objetivo de devolução da previsão do EER da central geradora UTN Almirante Álvaro Alberto – Unidade III (Angra III). O efeito médio percebido pelos consumidores foi negativo de -6,8% (conforme divulgado pela própria ANEEL). As tarifas resultantes desta reversão ficaram vigentes somente em abril de 2017, no entanto, como o período de leitura do faturamento de cada unidade consumidora não coincide com o mês civil, essa redução se deu na receita faturada de abril e maio de 2017, tendo seu impacto diluído entre os dois períodos.

Em 18 de outubro de 2016, a Diretoria Colegiada da ANEEL aprovou o Reajuste Tarifário Anual (“RTA”) de 2016 da Companhia. As tarifas foram, em média, reajustadas em -12,54%, sendo -5,35% relativos ao reajuste econômico e -7,19% referentes aos componentes financeiros, em relação ao último evento tarifário ordinário (RTP/2015). O efeito médio a ser percebido pelos consumidores é de -24,21% (conforme divulgado na Resolução Homologatória (“REH”), quando comparado à Revisão Tarifária Periódica (“RTP”) ocorrida em outubro de 2015. As novas tarifas têm vigência de 23 de outubro de 2016 a 22 de outubro de 2017.

Em 20 de outubro de 2015, a Diretoria Colegiada da ANEEL aprovou a Revisão Tarifária Periódica (“RTP”) de 2015 da Companhia. As tarifas foram, em média, reajustadas em 56,29%, sendo 40,14% relativos ao reajuste econômico e 16,15% referentes aos componentes financeiros, em relação ao último evento tarifário ordinário (RTA/2014). O efeito médio a ser percebido pelos consumidores era de 21,11% (conforme divulgado na Resolução Homologatória), quando comparado à Revisão Tarifária Extraordinária (“RTE”) ocorrida em março de 2015. As novas tarifas tiveram vigência de 23 de outubro de 2015 a 22 de outubro de 2016.

23.3 – Aporte CDE – baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários – liminares

Todos os detalhes referente ao aporte de CDE estão detalhados nas notas 23.3 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, foi registrada receita de R\$ 120.684 (R\$ 219.592 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016), sendo (i) R\$ 7.133 (R\$ 10.176 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016) referentes à subvenção baixa renda, (ii) R\$ 73.889 (R\$ 66.623 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016) referentes a outros descontos tarifários e (iii) R\$ 39.662 (R\$ 142.793 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016) de desconto tarifário – liminares em contrapartida na rubrica contas a receber – Eletrobrás (nota 11).

23.4 - Bandeiras tarifárias

O sistema de aplicação das Bandeiras Tarifárias está descrito na nota 23.4 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, foram homologados pela ANEEL, os meses de dezembro de 2016 a julho de 2017. A bandeira faturada e homologada neste período foi de R\$ 62.468, o valor repassado para a Companhia pela CCRBT foi de R\$ 8.509 totalizando R\$ 70.977 que foram utilizados para compensar parte do ativo e passivo financeiro setorial (nota 8). A bandeira tarifária dos meses de agosto e setembro de 2017, no montante de R\$ 30.654 continuam em aberto e estão registrados no passivo - taxas

Notas Explicativas

regulamentares (nota 17).

23.5 – Conta de desenvolvimento energético (“CDE”)

A ANEEL, por meio das REH n° 2.202, de 7 de fevereiro de 2017, alterada pela REH n° 2.204 de 07 de março de 2017, estabeleceu as quotas anuais definitivas da CDE vigentes do ano de 2017. Essas quotas contemplam: (i) quota anual da conta CDE – USO; e (ii) quota CDE – Energia, referente a parte dos aportes CDE recebidos pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica no período de janeiro de 2013 a janeiro de 2014, que deverá ser recolhida dos consumidores e repassada à Conta CDE em até cinco anos a partir da RTE de 2015. Adicionalmente, por meio da REH n° 2004, de 15 de dezembro de 2015, a ANEEL estabeleceu mais uma quota destinada à amortização da Conta ACR, cujos valores foram atualizados pela REH n° 2.231 de 25 de abril de 2017, com recolhimento e repasse à Conta CDE para o período tarifário de outubro de 2016 a setembro de 2017.

(24) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	2017		2016	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Energia comprada para revenda				
Energia de Itaipu Binacional	115.907	342.859	104.883	343.174
PROINFA	8.534	27.509	23.313	70.220
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado e contratos bilaterais e energia de curto prazo	804.491	1.785.334	410.832	1.121.005
Crédito de PIS e COFINS	(85.926)	(199.402)	(49.860)	(141.932)
Subtotal	843.005	1.956.299	489.168	1.392.466
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição				
Encargos da rede básica	47.498	135.806	39.795	125.954
Encargos de transporte de Itaipu	12.907	18.841	3.036	8.799
Encargos de conexão	4.192	12.554	3.805	11.120
Encargos de uso do sistema de distribuição	4.770	12.906	3.337	10.250
Encargos de serviço do sistema - ESS	(12.885)	(36.694)	19.586	63.197
Encargos de energia de reserva - EER	-	-	1.206	23.301
Crédito de PIS e COFINS	(5.225)	(13.266)	(6.546)	(22.442)
Subtotal	51.258	130.147	64.219	220.177
Total	894.263	2.086.446	553.388	1.612.643

	2017		2016	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Energia comprada para revenda - GWh(*)				
Energia de Itaipu Binacional	578	1.712	580	1.724
PROINFA	53	147	60	165
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado, contratos bilaterais e energia de curto prazo	2.268	7.182	2.415	6.836
Total	2.898	9.041	3.054	8.725

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

(25) CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	3º Trimestre											
	Custo de operação		Custo do serviço prestado a terceiros		Despesas Operacionais				Outros		Total	
	2017	2016	2017	2016	Vendas		Gerais e administrativas		2017	2016	2017	2016
Pessoal	23.945	21.916	-	-	5.839	6.051	9.745	8.338	-	-	39.529	36.305
Entidade de previdência privada	4.311	3.731	-	-	-	-	-	-	-	-	4.311	3.731
Material	5.106	4.387	50	37	822	417	(146)	241	-	-	5.832	5.082
Serviços de terceiros	12.959	8.756	74	65	9.921	9.976	11.950	13.008	-	-	34.904	31.895
Amortização	20.050	18.691	-	-	152	109	3.858	4.371	-	-	24.060	23.171
Custos com construção da infraestrutura	-	-	68.720	51.168	-	-	-	-	-	-	68.720	51.168
Outros	458	646	(1)	(1)	12.290	18.038	10.066	6.098	2.218	3.550	25.031	28.331
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	3.585	3.244	-	-	-	-	3.585	3.244
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	8.607	14.720	-	-	-	-	8.607	14.720
Arrendamentos e alugueis	-	-	-	-	-	-	1.123	1.051	-	-	1.123	1.051
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	-	-	441	439	-	-	441	439
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	5.330	2.858	-	-	5.330	2.858
Diagnósticos, contribuições e subvenções	-	-	-	-	-	-	99	-	-	-	99	-
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	2.239	3.572	2.239	3.572
Outros	458	646	(1)	(1)	97	74	3.073	1.750	(21)	(22)	3.606	2.447
Total	66.829	58.127	68.843	51.268	29.825	34.592	35.474	32.056	2.218	3.551	202.389	179.584

Notas Explicativas

Custo de operação	Custo do serviço prestado a terceiros										Despesas Operacionais				Total	
	2017		2016		2017		2016		2017		2016		2017		2016	
					Vendas				Gerais e administrativas		Outros					
Pessoal	73.094	67.263	-	-	16.123	16.803	29.310	24.831	-	-	-	-	120.527	108.837	-	-
Entidade de previdência privada	12.933	5.060	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12.933	5.060	-	-
Material	14.224	11.933	108	110	1.040	817	488	733	-	-	-	-	15.860	13.593	-	-
Serviços de terceiros	31.798	23.207	179	225	30.484	29.024	38.456	37.353	-	-	-	-	100.917	89.809	-	-
Amortização	58.890	55.718	-	-	429	346	12.704	13.039	-	-	-	-	72.023	69.163	-	-
Custos com construção da infraestrutura	-	-	168.836	117.212	-	-	-	-	-	-	-	-	-	168.836	117.212	-
Outros	3.188	3.953	(2)	(3)	44.111	58.565	36.197	32.721	-	-	7.104	7.406	90.598	102.642	-	-
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	10.317	9.661	-	-	-	-	-	-	10.317	9.661	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	33.533	48.625	-	-	-	-	-	-	33.533	48.625	-	-
Arrendamentos e alugueis	-	-	-	-	-	-	3.402	3.120	-	-	-	-	3.402	3.120	-	-
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	-	-	1.273	1.213	-	-	-	-	1.273	1.213	-	-
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	25.266	25.215	-	-	-	-	25.266	25.215	-	-
Diagnósticos, contribuições e subvenções	-	-	-	-	-	-	462	-	-	-	-	-	462	-	-	-
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.153	7.450	7.153	7.450	-	-
Outros	3.188	3.953	(2)	(3)	260	279	5.794	3.173	(49)	(45)	-	-	9.191	7.357	-	-
Total	194.127	167.135	169.121	117.544	94.186	105.555	117.156	108.678	7.104	7.406	-	-	581.694	506.318	-	-

(26) RESULTADO FINANCEIRO

	2017		2016	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre (Reapresentado)	9 meses (Reapresentado)
Receitas				
Rendas de aplicações financeiras	12.834	48.041	14.203	39.699
Acréscimos e multas moratórias	10.725	32.236	13.012	41.669
Atualização de créditos fiscais	1.046	1.137	757	2.670
Atualização de depósitos judiciais	2.601	8.789	4.064	11.639
Atualizações monetárias e cambiais	629	2.053	16.992	24.680
Deságio na aquisição de crédito de ICMS	122	450	289	1.192
Atualizações de ativo financeiro setorial (nota 8)	-	-	(5.186)	7.543
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(1.539)	(5.183)	(8.963)	(8.773)
Outros	1.475	4.370	1.496	8.010
Total	27.893	91.892	36.663	128.330
Despesas				
Encargos de dívidas	(25.874)	(80.335)	(28.820)	(85.032)
Atualizações monetárias e cambiais	(16.206)	(76.573)	(39.641)	(92.592)
(-) Juros capitalizados	366	1.629	437	980
Atualizações de passivo financeiro setorial (nota 8)	(6.670)	(16.221)	-	-
Outros	(3.757)	(10.368)	(7.020)	(15.191)
Total	(52.140)	(181.868)	(75.043)	(191.835)
Resultado financeiro	(24.247)	(89.976)	(38.380)	(63.505)

Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 8,09% a.a. durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 e 2016 sobre os ativos intangíveis qualificáveis, de acordo com o CPC 20 (R1).

A rubrica de atualizações monetárias e cambiais contemplam os efeitos das perdas com instrumentos derivativos no montante de R\$ 47.742 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 (R\$ 292.344 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016) (nota 29).

(27) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia tem como controlador a CPFL Energia, que tem como acionistas controladores as seguintes Companhias:

- State Grid Brazil Power Participações S.A.
Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.
- ESC Energia S.A.
Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S.A..

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores e coligadas, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influências significativas sobre a Companhia.

As principais naturezas e transações estão descritas na nota 27 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

Notas Explicativas

Para zelar para que as operações comerciais com partes relacionadas sejam realizadas em condições usuais de mercado, a controladora CPFL Energia possui um “Comitê de Partes Relacionadas”, formado por representantes dos acionistas controladores, da controladora e por um membro independente, que analisa as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A Companhia pagou em janeiro de 2017, faturas renegociadas de compra de energia com a CERAN, ENERCAN, Foz do Chapecó e CPFL Geração que tinham vencimento original de novembro a dezembro de 2016.

A remuneração total do pessoal-chave da administração no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560/2008 foi de R\$ 2.255 (R\$ 1.454 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016). Este valor é composto por R\$ 2.225 (R\$ 1.420 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016) referente a benefícios de curto prazo e R\$ 30 (R\$ 34 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016) de outros benefícios de longo prazo, e refere-se ao valor registrado pelo regime de competência.

As transações com as entidades sob controle comum (controladas da State Grid Corporation of China) referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos e pagos pela Companhia.

Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores da CPFL Energia são como seguem:

<u>Empresas</u>	<u>Passivo</u>	<u>Despesa/custo</u>
<u>Encargos</u>	<u>30/09/2017</u>	<u>9 Meses de</u>
		<u>2017</u>
Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China)	86	10.353

As informações comparativas abaixo referem-se ao período em que os acionistas controladores indiretos eram aqueles anteriores à mudança de controle para a State Grid Corporation of China, descrita na nota 33.1 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

Notas Explicativas

	Ativo	Passivo	Receita	Despesa/custo
	31/12/2016	31/12/2016	9 Meses 2016	9 Meses 2016
Empresas				
Saldo bancário e aplicação financeira				
Banco do Brasil S.A.	1.281	-	-	-
Empréstimos e financiamentos (*), Debêntures (*) e Derivativos (*)				
Banco do Brasil S.A.	-	344.332	-	34.924
Banco BNP Paribas Brasil S.A.	3.759	-	-	31.757
Outras operações financeiras				
Banco do Brasil S.A.	-	247	52	889
Intangível, materiais e prestação de serviço				
Cia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP	2	-	7	2
Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – ViaOeste S.A.	-	-	-	6
Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A.	86	-	-	-
TIM CELULAR S.A.	3	2	-	-
TOTVS S.A.	-	1	-	5
Compra e venda de energia e encargos				
Afluentes Transmissão de Energia Elétrica S.A.	-	8	-	198
Aliança Geração de Energia S.A	-	244	-	7.581
Arizona 1 Energia Renovável S.A	-	-	-	656
Baguari 1 Geração de Energia Elétrica S.A.	-	-	-	14
Caetité 2 Energia Renovável S.A.	-	-	-	603
Caetité 3 Energia Renovável S.A.	-	-	-	609
Calango 1 Energia Renovável S.A.	-	-	-	728
Calango 2 Energia Renovável S.A.	-	-	-	621
Calango 3 Energia Renovável S.A.	-	-	-	728
Calango 4 Energia Renovável S.A.	-	-	-	676
Calango 5 Energia Renovável S.A.	-	-	-	718
Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A.	-	470	-	13.451
Goiás Sul Geração de Energia S.A.	-	-	-	8
Mel 2 Energia Renovável S.A.	-	-	-	486
Norte Energia S.A.	-	1.398	-	7.865
Rio PCH I S.A.	-	45	-	1.387
SE Narandiba S.A.	-	-	-	25
Serra do Facão Energia S.A. - SEFAC	-	101	-	3.148

(*) Incluem os ajustes de marcação a mercado

Transações entre partes relacionadas envolvendo controladas e controladas em conjunto da CPFL Energia são como seguem:

Notas Explicativas

Empresas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa/custo	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016	9 Meses 2017	9 Meses 2016	9 Meses 2017	9 Meses 2016
Alocação de despesas entre empresas								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	87	73	13	3	-	-	(811)	(703)
CPFL Brasil Varejista S.A.	-	1	-	-	-	-	-	-
Companhia Paulista de Força e Luz	618	537	529	533	-	-	7	557
Companhia Luz e Força Santa Cruz	30	26	-	-	-	-	(300)	(250)
Companhia Leste Paulista de Energia	9	7	-	-	-	-	(86)	(72)
Companhia Sul Paulista de Energia	14	10	1	2	-	-	(113)	(95)
Companhia Jaguarí de Energia	47	8	12	8	-	-	15	24
Companhia Luz e Força de Mococa	6	5	-	-	-	-	(58)	(48)
Rio Grande Energia S.A.	198	169	13	7	-	-	(1.859)	(1.575)
CPFL Geração de Energia S.A.	87	73	22	17	-	-	(709)	(587)
CPFL Energia S.A.	81	69	-	-	-	-	(843)	(720)
CPFL Renováveis - Consolidado	11	16	-	16	-	-	(11)	(19)
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	62	26	1	4	-	-	(323)	(276)
Nect Serviços Administrativos Ltda.	-	5	23	-	-	-	-	-
CPFL Telecom S.A.	-	-	-	-	-	-	(14)	(23)
CPFL Eficiência Energética S.A.	-	-	-	-	-	-	-	(1)
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	9	-	-	-	-	-	(1)	-
Arrendamento e aluguel								
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	-	-	-	-	647	602
CPFL Renováveis - Consolidado	-	-	-	-	93	68	-	-
CPFL Telecom S.A.	-	47	-	-	392	564	-	-
CPFL Eficiência Energética S.A.	-	-	-	-	5	5	-	-
Dividendos/Juros sobre o capital próprio								
CPFL Energia S.A.	-	-	52.722	72.080	-	-	-	-
Intangível, materiais e prestação de serviço								
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	28.580	30.163	3.553	2.147	8	6	8.435	44.362
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.	-	-	807	667	-	-	6.405	5.643
Nect Serviços Administrativos Ltda.	-	-	788	767	-	-	6.291	5.580
CPFL Total Serviços Administrativos Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	139
CPFL Telecom S.A.	2	2	-	-	-	-	16.472	114
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	-	-	964	739	-	-	8.069	7.645
Compra e venda de energia e encargos								
Companhia Paulista de Força e Luz	18	14	1.587	1.127	-	-	12.900	10.243
CPFL Geração de Energia S.A.	-	-	5.537	17.564	-	-	50.015	45.638
Paulista Lajeado Energia S.A.	-	-	3	3	-	-	25	23
Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	-	-	13.608	5.278	-	-	44.385	29.737
BAESA-Energética Barra Grande S.A.	-	-	111	83	-	-	678	640
Campos Novos Energia S.A.	-	-	17.965	26.818	-	-	80.407	79.764
CERAN-Companhia Energética Rio das Antas	-	-	4.397	8.744	-	-	40.017	36.660
Foz do Chapecó Energia S.A.	-	-	11.065	11.474	-	-	98.486	90.275
CPFL Renováveis - Consolidado	50	-	1.325	1.340	-	-	10.231	10.622
CPFL Transmissão Piracicaba S.A.	-	-	-	-	-	-	22	25
CPFL Transmissão Morro Agudo S.A.	-	-	-	-	-	-	3	-
Outras operações financeiras								
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	-	-	-	-	23	14	-	-
Outros								
Instituto CPFL	-	-	-	-	-	-	404	412

(28) GESTÃO DE RISCOS

A estrutura do gerenciamento de risco e os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios da Companhia estão divulgados na nota explicativa nº 29 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

(29) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são, como segue:

Notas Explicativas

	Nota Explicativa	Categoria	Mensuração	Nível(*)	30/09/2017	
					Contábil	Valor Justo
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	(2)	Nível 1	457.151	457.151
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	(2)	Nível 2	127.024	127.024
Derivativos	29	(a)	(2)	Nível 2	150.520	150.520
Ativo financeiro da concessão	10	(b)	(2)	Nível 3	941.362	941.362
					1.676.057	1.676.057
Passivo						
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	14	(c)	(1)	Nível 2 (***)	219.595	198.626
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	14 (**)	(a)	(2)	Nível 2	946.501	946.501
Debêntures - principal e encargos	15	(c)	(1)	Nível 2 (***)	590.386	586.412
Derivativos	29	(a)	(2)	Nível 2	18.037	18.037
					1.774.519	1.749.576

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

(**) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a Companhia apresentou uma perda de R\$ 13.969 nos 9 meses 2017 (uma perda de R\$ 40.469 nos 9 meses 2016).

(***) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1)

Legenda

Categoria:

- (a) - Valor justo contra o resultado
- (b) - Disponível para venda
- (c) - Outros passivos financeiros

Mensuração:

- (1) - Mensurado ao custo amortizado
- (2) - Mensurado ao valor justo

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas informações contábeis, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias, (ii) contas a receber - Eletrobrás, (iii) cauções, fundos e depósitos vinculados, (iv) serviços prestados a terceiros, (v) convênios de arrecadação e (vi) ativo financeiro setorial;
- Passivos financeiros: (i) fornecedores, (ii) taxas regulamentares, (iii) consumidores, concessionárias e permissionárias a pagar, (iv) Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, (v) Empresa de Pesquisa Energética - EPE, (vi) Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL, (vii) convênios de arrecadação, (viii) passivo financeiro setorial e (ix) fundo de reversão

Adicionalmente, não houve no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate), trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título), obtido da curva de juros de mercado em reais.

O CPC 40 (R1) requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O CPC 40 (R1) também define informações observáveis como dados de mercado obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Em função da Companhia ter classificado o respectivo ativo financeiro da concessão como disponível para venda, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos no resultado do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 são de R\$ 16.846 (ganho de R\$ 43.436 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas na

Notas Explicativas

nota 10.

b) Instrumentos derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge*) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização dos instrumentos derivativos. A Companhia possui *hedge* cambial em volume compatível com a exposição cambial líquida, incluindo todos os ativos e passivos atrelados à variação cambial.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com as respectivas dívidas protegidas, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (nota 14). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 30 de setembro de 2017, a Companhia detinha as seguintes operações de *swap*, todas negociadas no mercado de balcão:

Estratégia / Contrapartes	Valores de mercado (contábil)			Valores a custo, líquidos	Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda / Indexador	Vencimento final	Nocional
	Ativo	Passivo	Valores justos, líquidos					
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo:								
Hedge variação cambial:								
Citibank	42.988	-	42.988	41.763	1.225	dólar	03/2019	117.250
Bradesco	24.282	-	24.282	23.974	308	dólar	04/2018	55.138
J.P. Morgan	24.288	-	24.288	23.976	312	dólar	04/2018	55.138
Citibank	29.336	-	29.336	27.764	1.572	dólar	01/2020	169.838
BNP Paribas	28.731	-	28.731	28.139	591	euro	01/2018	175.714
Bradesco	-	(4.761)	(4.761)	(6.232)	1.471	dólar	05/2021	59.032
Bank of America Merrill Lynch	-	(4.368)	(4.368)	(6.215)	1.847	dólar	05/2021	59.032
Citibank	-	(4.650)	(4.650)	(6.223)	1.672	dólar	05/2021	59.032
Bank of America Merrill Lynch	-	(2.105)	(2.105)	(3.110)	1.004	dólar	05/2021	29.516
Citibank	-	(2.253)	(2.253)	(3.116)	863	dólar	05/2021	29.516
Subtotal	149.626	(18.037)	131.588	120.723	10.865			
Derivativos de proteção de dívidas não designadas a valor justo:								
Hedge variação de taxa de juros (1)								
Votorantim	511	-	511	34	477	CDI	02/2021	135.000
Santander	383	-	383	26	357	CDI	02/2021	100.000
Subtotal	894	-	894	60	834			
	150.520	(18.037)	132.483	120.783	11.700			
Circulante	77.302	-						
Não circulante	73.218	(18.037)						
Total	150.520	(18.037)						

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas vide nota 14 e 15.

(1) Os *swaps* para *hedge* de taxa de juros possuem validade semestral, assim o valor nocional reduz-se conforme ocorre a amortização da dívida.

Conforme mencionado acima, a Companhia optou por marcar a mercado a dívida para qual possui instrumentos de derivativos totalmente atrelados (nota 14).

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratarem de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os trimestres e períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2017 e de 2016, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais:

Risco protegido / operação	Conta contábil	Ganho (Perda)			
		2017		2016	
		3° Trimestre	9 meses	3° Trimestre	9 meses
Varição de taxas de juros	Despesa financeira - operação de swap	82	22	(208)	(473)
Varição cambial	Despesa financeira - operação de swap	(41.126)	(50.700)	(28.481)	(332.090)
Marcação a mercado	Despesa financeira - ajuste a valor justo	(943)	2.936	13.746	40.220
		(41.987)	(47.742)	(14.944)	(292.344)

Notas Explicativas

c) Análise de sensibilidade

Em consonância com a Instrução CVM nº 475/2008, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um conseqüente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia está quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, euro, CDI, IPCA, SELIC e TJLP), conforme demonstrado:

c.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 30 de setembro de 2017 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para os três cenários distintos seria:

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Redução (aumento)		
			Depreciação cambial (b)	Apreciação cambial de 25%(c)	Apreciação cambial de 50%(c)
Instrumentos financeiros passivos	(742.109)		(32.772)	160.949	354.669
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	752.594		33.235	(163.222)	(359.680)
	10.485	baixa dolar	463	(2.273)	(5.011)
Instrumentos financeiros passivos	(207.198)		(13.839)	41.420	96.679
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	208.052		13.896	(41.591)	(97.078)
	854	baixa euro	57	(171)	(399)
Total	11.339		520	(2.444)	(5.410)

(a) A taxa de cambio considerada em 30.09.2017 foi de R\$ 3,17 para o dólar e R\$ 3,74 para o euro.

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A., sendo a taxa de cambio considerada R\$ 3,31 e R\$ 3,99, e a depreciação cambial de 4,42% e 6,68%, do dólar e do euro respectivamente.

(c) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela B3 S.A.

Em função da exposição cambial líquida do dólar e do euro serem um ativo, o risco é baixa do dólar e do euro e portanto o câmbio é apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável.

c.2) Variação das taxas de juros

Supondo: (i) que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 30 de setembro de 2017 fosse mantido, e (ii) que os respectivos indexadores anuais acumulados nos últimos 12 meses para esta data base, permaneçam estáveis (CDI 8,14% a.a.; TJLP 7,00% a.a., IPCA 2,47% a.a, e SELIC 11,40% a.a.), os efeitos que seriam registrados nas informações contábeis intermediárias para os próximos 12 meses seria uma despesa financeira líquida de R\$ 60.224 (despesa de CDI R\$ 63.401, TJLP R\$ 6.733, SELIC R\$ 11.836 e receita com IPCA R\$ 21.746). Caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o valor da despesa financeira líquida seria impactado em:

Notas Explicativas

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Cenário I (a)	Redução (aumento)	
				Elevação/Redução de índice em 25% (b)	Elevação/Redução de índice em 50% (b)
Instrumentos financeiros ativos	581.492		(6.222)	4.056	14.334
Instrumentos financeiros passivos	(532.214)		5.695	(3.712)	(13.119)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	(828.163)		8.861	(5.776)	(20.414)
	(778.885)	alta CDI	8.334	(5.432)	(19.199)
Instrumentos financeiros passivos	(96.180)	alta TJLP	-	(1.683)	(3.366)
Instrumentos financeiros passivos	(60.957)		(750)	(186)	378
Ativo financeiro da concessão	941.362		11.579	2.871	(5.836)
	880.405	baixa IPCA	10.829	2.685	(5.458)
Ativos e passivos financeiros setoriais	(65.269)		2.767	3.936	5.104
Instrumentos financeiros passivos	(38.553)		1.635	2.325	3.015
	(103.822)	alta SELIC	4.402	6.261	8.119
Total	(98.482)		23.565	1.831	(19.904)

(a) Os índices de CDI, TJLP, IPCA e SELIC considerados de: 7,07%, 7,00%, 3,70% e 7,16% respectivamente, foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação ou redução foram aplicados sobre os índices no cenário I.

(30) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

A Companhia possuía no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, um valor de R\$ 1.629 (R\$ 980 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016) referente a juros capitalizados no intangível da concessão - infraestrutura de distribuição (nota 26).

(31) EVENTO SUBSEQUENTE

31.1 – Reajuste tarifário anual

Em 17 de outubro de 2017, a ANEEL aprovou o Reajuste Tarifário Anual (“RTA”) de 2017 da Companhia. As tarifas foram, em média, reajustadas em 7,69%, sendo 6,33% relativos ao reajuste econômico e 1,37% referentes aos componentes financeiros, em relação ao último evento tarifário ordinário (RTA/2016). O efeito médio a ser percebido pelos consumidores é de 17,28% (conforme divulgado na Resolução Homologatória), quando comparado ao RTA ocorrido em outubro de 2016. As novas tarifas têm vigência de 23 de outubro de 2017 a 22 de outubro de 2018.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes

Av. Barão de Itapura, 950 - 6º andar

13020-431 - Campinas/SP - Brasil

Caixa Postal 737 - CEP 13012-970 - Campinas/SP - Brasil

Telefone +55 (19) 2129-8700, Fax +55 (19) 2129-8728

www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Conselheiros e Diretores da

Companhia Piratininga de Força e Luz

Campinas - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia Piratininga de Força e Luz ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações do valor adicionado acima referidas não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Valores correspondentes

Os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 foram auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 13 de março de 2017, sem qualquer modificação. Os valores correspondentes às informações contábeis intermediárias relativas às demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado (informação suplementar), referentes aos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2016, apresentados para fins de comparação, ora reapresentados em decorrência dos assuntos descritos na nota explicativa 2.6, foram revisados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 06 de novembro de 2017, sem qualquer modificação.

Campinas, 06 de novembro de 2017

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP027612/O-4

Marcio José dos Santos

Contador CRC 1SP252906/O-0

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da Companhia Piratininga de Força e Luz, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rodovia Engenheiro Miguel Noel Nascentes Burnier, 1755, km 2,5, Parque São Quirino, Campinas, CEP 13088-140 Campinas - São Paulo-SP Brasil, inscrita no CNPJ sob nº 04.172.213/0001-51, declaram que:

a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da Companhia Piratininga de Força e Luz do período findo em 30 de setembro de 2017;

b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da Companhia Piratininga de Força e Luz do período findo em 30 de setembro de 2017.

Campinas, 6 de novembro de 2017.

Carlos Zamboni Neto

Diretor Presidente

Gustavo Estrella
Diretor Financeiro e
de Relações com Investidores

Wagner Luiz Schneider de
Freitas
Diretor Administrativo

Thiago Freire Guth

Diretor de Distribuição

Roberto Sartori

Diretor de Gestão de Energia

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da Companhia Piratininga de Força e Luz, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rodovia Engenheiro Miguel Noel Nascentes Burnier, 1755, km 2,5, Parque São Quirino, Campinas, CEP 13088-140 Campinas - São Paulo-SP Brasil, inscrita no CNPJ sob nº 04.172.213/0001-51, declaram que:

a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da Companhia Piratininga de Força e Luz do período findo em 30 de setembro de 2017;

b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da Companhia Piratininga de Força e Luz do período findo em 30 de setembro de 2017.

Campinas, 6 de novembro de 2017.

Carlos Zamboni Neto

Diretor Presidente

Gustavo Estrella
Diretor Financeiro e
de Relações com Investidores

Wagner Luiz Schneider de
Freitas
Diretor Administrativo

Thiago Freire Guth

Diretor de Distribuição

Roberto Sartori

Diretor de Gestão de Energia